



**PADRÃO RECENTE DE CRESCIMENTO E A DINÂMICA AGRÁRIA E TERRITORIAL DE
REGIÕES DA AMÉRICA LATINA INSERIDAS NA GLOBALIZAÇÃO: embates contra a
dívida social e ambiental**

Benjamin Alvino de Mesquita (Coord.)¹

Ricardo Gilson da Costa Silva²

José de Ribamar Sá Silva³

*Welbson do Vale Madeira*⁴

*Zulene Muniz Barbosa*⁵

EMENTA

Os processos derivados das políticas neoliberais impostas desde os anos 1970 impõem a todos uma lógica destrutiva daquilo que se tinha conquistado pós-crise de 29. Os objetivos neoliberais passam pelo rompimento de estruturas, conquistas sociais e formas tradicionais de organização da produção, bem como na desconstituição do Estado de Bem-Estar Social e indutor do desenvolvimento. A política neoliberal se alastrou pelo mundo e a América Latina embarcou nessa ideologia. A exploração de recursos naturais para exportação ocasionou, nos últimos 30 anos uma reorganização do território e na dinâmica agrária na AL – minérios, carnes, grãos e petróleo. Essa forma de inserção internacional direciona as políticas econômicas, sociais e ambientais de acordo com os preceitos neoliberais e consolida um padrão de crescimento sustentado em commodities, que aumenta o grau de dependência e compromete o acesso aos alimentos pelas populações locais. Essas são as questões centrais debatidas nesta mesa.

¹ Doutor em Políticas Públicas (UFMA), Professor do PPGPP-UFMA, E-mail: bamin@uol.com

² Doutor em Geografia Humana (USP), Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/CNPq), E-mail: rgilson@unir.br

³ Doutor em Políticas Públicas (UFMA), com pós-doutorado na Business School, Middlesex University/Londres, Professor do Departamento Economia-Ufma, E-mail: zederiba@hotmail.com

⁴ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UFMA. E-mail: welbsonmadeira@uol.com.br

⁵ Doutora em Ciências Sociais-Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pós-doutorado no Centro de Estudo Sociais, Universidade de Coimbra, Professora do Depto Ciências Sociais/ UEMA, E-mail: zulene.mb@uol.com.br

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada
Internacional de
Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20^a a 23 agosto
2019

Cidade Universitária da UFMA
São Luis, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

ESBOÇO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DAS ECONOMIAS PERIFERICAS SOB A OTICA DA GLOBALIZAÇÃO.

RESUMO: O texto se propõe analisar as diferentes estratégias de inserção das economias periféricas (Sul e Sudeste da Ásia e da América Latina) no processo de globalização neoliberal e a repercussão desta opção de integração para o desenvolvimento destas regiões. Neste sentido apontamos alguns aspectos que a nosso critério poderiam ser útil a compressão deste processo. Um onde se esboça aspectos gerais das políticas neoliberais deste *processo de globalização* e o que emerge desta nova lógica neoliberal. Em seguida pontuam-se *as estratégias de inserção* das economias periféricas e a consequência desta integração a globalização e, por último, se faz uma breve reflexão da chamada *década de ouro das commodities* e o que ela representou para os países latinos americanos especializados nestas atividades.

Palavras-chave: Estratégia de inserção; globalização; Economias periféricas. Década de ouro. América Latina

ABSTRACT: The text proposes to analyze the different strategies of insertion of peripheral economies (South and Southeast Asia and Latin America) in the neoliberal globalization process and the repercussion of this integration option for the development of these regions. In this sense we point out some aspects that in our judgment could be useful the compression of this process. One where it outlines general aspects of the neoliberal policies of this process of globalization and what emerges from this new neoliberal logic. Then the strategies of insertion of the peripheral economies and the consequence of this integration the globalization are added, and, finally, a brief reflection of the so-called golden decade of commodities and what it represented for the Latin American countries specializing in these activities.

Keywords: Insertion strategy. Globalization. Peripheral economies. Gold decade. Latin America.



1 INTRODUÇÃO

Os processos derivados das políticas neoliberais impostas desde os anos 1970 impõem a todos uma lógica destrutiva de tudo do que se tinha conquistado e consolidado pós-crise de 29. Os objetivos da lógica neoliberal são múltiplos e passam pelo rompimento não só de estruturas, conquistas sociais e formas tradicionais de organizar a produção mas também na desconstituição do papel do estado benfeitor e indutor do desenvolvimento, além de entregar as forças de mercado toda a formatação de uma nova ordem econômica, social, institucional e ideológica, onde ao estado sobra o papel de provedor bens e serviço (clássicos e ainda sem interesse do capital) e de legitimador de todos os processos centrados nos princípios por eles mesmos concebidos (Consenso de Washington⁶) e monitorados por suas instituições FMI, OMC e BM e Bancos Centrais. O produto da convergência de princípios que emerge deste processo neoliberal é primeiro a globalização financeira e subsidiariamente a produtiva que avança sobre todos e tudo como um trem desgovernado destruindo, o que tem na sua frente, configurando e re-configurando o espaço onde se insere mesmo que de forma indireta. Embora o endosso deste *processo milagreiro* de progresso e riqueza que se alastrou pelo mundo a fora, como um tsunami, não ocorreu de forma homogênea, mas desigual, temporal e diferencialmente em termo de resultados políticos e econômicos (HARVEY, 2006).

América Latina foi uma das primeiras regiões periféricas do capitalismo a embarcar neste trem da ideologia neoliberal que apagar os processos civilizatórios e impõe a barbárie do capital. A estratégia liberalizante e internacionalizante via fluxo financeiro é associada a opção produtiva voltada a exploração de recursos naturais atividades onde reconhecidamente têm vantagens comparativas e experiências históricas. Em igual período, países também periféricos do Sul e Sudeste Asiático, sob a liderança da China, optam por um formato totalmente diferente de inclusão na globalização – produção em larga escala de manufaturas para exportação tendo por base um Estado forte (com um projeto de nação) e a abundância de mão de obra.

No entanto essa forma de integração no capitalismo internacional realizada pelos países latinos, os levou a direcionar políticas econômicas, sociais e ambientais de acordo com os preceitos neoliberais, com o objetivo incentivar e atrair investimentos estrangeiros (IDE) para tais atividades, consolidando assim um padrão de crescimento que se sustenta na entrada de capitais e na renda gerada por exportação de commodities, esses dois fatores tornam-se indispensáveis a manutenção do frágil equilíbrio macroeconômico



(contas nacionais) . Ora a opção da AL por um padrão *de crescimento onde o setor real (produtivo) é dependente da entrada de fluxos financeiros* e lastreado na produção de commodities, teve efeitos marcantes não apenas econômicos, também sociais e ambientais nem sempre favoráveis as novas regiões incluídas no processo produtivo. A explicação está na forma e no modus operandi destas atividades escolhidas que agrega pouco valor e gera pouco emprego, mas deixa um enorme passivo social e ambiental onde se instalam (MESQUITA, 2016).

Por outro lado, como o padrão de acumulação destes países se apoiam, no campo produtivo, em economia de enclaves\commodities ,sujeito a volatilidade , e, na demanda externa, eles passam a enfrentar inibidores que assume novos formatos com a globalização (IDE, valorização da moeda, déficit fiscais) e que impedem a retomado do crescimento econômico, e portanto , do emprego e da renda A gravidade deste constrangimento será maior ou menor em função do grau de especialização econômica e da relevância que representa as commodities nas exportação do país.

O texto se propõe analisar as diferentes estratégias de inserção das economias periféricas (Sul e Sudeste da Ásia e da América Latina) no processo de globalização neoliberal e a repercussão desta opção para o desenvolvimento destas regiões. Ele foi esboçado três partes, além desta introdução e conclusão. A primeira se faz uma contextualização mais geral das políticas neoliberais deste *processo de globalização* e o que emerge desta nova lógica neoliberal , em seguida analisa *as estratégias de inserção* das economias periféricas e a consequência desta integração a globalização e, por ultimo se faz uma breve analise da *década de ouro das commodities* e o que ela representou para os países latinos americanos especializados nestas atividades e principal beneficiário deste boom econômico.

2 ASPECTOS GERAIS DA GLOBALIZAÇÃO RECENTE

Sob a hegemonia neoliberal verbos como estabilizar, desregular e privatizar emanadas de instituições mentoras (centros pensantes - *Think Tanks* -, agencias de avaliação de riscos, Universidades e Governos em crise) viram palavras de ordem na concepção desta lógica liberalizante e universalizado do capitalismo, a mensagem é de que o mercado deve ser o mecanismo aglutinador de todo o processo .como se sabe com o avanço da globalização produtiva e sobretudo a financeira , os Estados Nacionais perdem parte do controle que então detinha sobre as flutuações monetárias e fluxos financeiros que é preenchido pelo mercado (FIORI ,1998, p 299).

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto
2019
Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

O intervencionismo estatal de tipo Keynesiano e de proteção social que se disseminou no rasto da crise de 1929 passou ser responsabilizado pela inflação, crise fiscal e recessão/ desemprego dos anos 1970 e 1980 da Europa e USA. A globalização no formato em que se constituiu desde as crises - econômica, política e institucional - da década de 1970 foi derivada de políticas acordadas inicialmente no CW e depois no âmbito privado dos interesses das grandes empresas e do sistema financeiro sob a hegemonia Norte Americana e tem como pressuposto o rompimento de todas as estruturas políticas institucionais, econômica e ideológicas herdadas do pós – 2ª Grande Guerra, construída sob o manto das políticas econômicas Keynesianas e do Welfare State, onde a intervenção estatal, o planejamento econômico constituíam as vigas mestres de sustentação da era de ouro do capitalismo..

Arrighi (1999) ao analisar a globalização, ressalta um fenômeno ,que para ele é essencial na sua compreensão - o crescimento explosivo do mercado de cambio - dado que é o único mercado global autentico - sem o qual não daria para se falar sobre um novo rumo do processo de reconstrução do mercado mundial produzido sob a hegemonia dos Estados Unidos como resultado da Segunda Guerra Mundial.

Essa ideia da relevância que assume do capital financeiro vis-à-vis ao produtivo, se encontra nas analise de Aglietta (1995), Chesnais (1999), Coutinho & Belluzzo (1998), Belluzzo (1997) e Braga (1997), em Carneiro (1999, p.2) se apóia, segundo a qual a globalização contemporânea é a resultante da interação de dois movimentos básicos: no plano doméstico da progressiva liberalização financeira e no plano internacional da crescente mobilidade dos capitais., quer dizer, a globalização produtiva é um fenômeno subordinado e seus limites são ditados pela dominância da acumulação financeira, dando origem portanto a um tipo de capitalismo com menor dinamismo e maior instabilidade quando comparado ao sistema vigente no pós-guerra. Segundo essa literatura a crise se inicia pela orbita financeiro e depois se desloca a produtiva, portanto, o inverso do período do que anterior. A razão estaria na mobilidade dos capitais, a concretização disso por ser visto na expansão dos fluxos cambiais e do IDE .Em outras palavras “ as principais características da economia internacional que vão constituir a essência da globalização: a centralidade do dólar; o regime de taxas de câmbio flutuantes; a livre mobilidade de capitais. Ou seja, na globalização, o sistema monetário financeiro internacional constitui-se como um sistema hierarquizado, no qual o dólar é o núcleo do sistema. A partir desse núcleo, e dada a existência de livre mobilidade de capitais formam-se as demais taxas de juros e câmbio do sistema” (CARNEIRO 1999, p.9)



Fundação
Sociedade

FAPEMA



Uma visão crítica das consequências da globalização leva a destacar problemas tais como: a perda de relação entre as taxas de câmbio e a situação em conta corrente dos balanços de pagamentos; a permanência dos “riscos de país” elevados e diferenciados, presentes nas taxas de juros desiguais, e afetando desigualmente a capacidade doméstica de fazer política econômica. “Por fim, a permanência da assimetria na política econômica com as mudanças a partir dos Estados Unidos afetando mais o resto do mundo do que o contrário, o que valeria mais intensamente para os países da periferia do sistema” (CARNEIRO,1999, p 36)

Para Hobsbrawm, a globalização neoliberal, isto é, o desenvolvimento do mundo enquanto pensado unidade única de substitui a economia nacional pela global, dentro do qual as comunicações e transações e fluxos financeiros não se veem condicionadas por fronteira de qualquer índole e que aboliu virtualmente as limitações do espaço e tempo só foi possível por um conjunto de transformações – que avançam desde o pós 2ª Grande Guerra, e , se consolidam na década de 1980.

A globalização financeira sai na frente, aumenta a instabilidade econômica e reduz a capacidade dos Estados Nacionais em influir nas suas atividades econômicas e sociais nos seus territórios e, portanto de arrecadar mais renda ,esse constrangimento ocasiona a instabilidade política e social e debilitar sua capacidade de realizar políticas públicas, afetando desigualmente a capacidade doméstica de fazer política econômica. No plano da globalização produtiva, esse processo de homogeneização dos mercados, ainda se encontra na infância, apesar do crescimento das transações comerciais. A razão de acordo com Hobsbrawm deve ao fracasso da liberalização dos fluxos dos fatores de produção (terra, mão-de-obra, capital) dos três apenas, o capital, tem livre arbítrio de circulação, os demais principalmente a força trabalho, os Estados Nacionais ainda não repassaram essa atribuição o mercado. Contraditoriamente, são as economias ricas, dos protecionistas e de xenofobias, os maiores bloqueadores deste processo de livre trânsito da força de trabalho, peça fundamental para o capital produtivo rebaixar custos, sobretudo, nos países ricos, e assim competir com a China e a Índia. (HOBSBRAWM 2007, p 35)

Outro freio a globalização produtiva para autor é a atividade política do Estado. Nela o Estado continua sendo a única autoridade dona do poder (monopólio da Lei, da força física, da distribuição da renda e de processo migratórios) ,e ainda, não se deu ao luxo de deixar na mão dos fundamentalistas de mercado essa tarefa porque se cidadãos não a aceitaria perder status e ser nivelados com imigrantes latinos ou africanos.

O ritmo, o fluxo da globalização não conseguiu com pretendia, o neoliberalismo ser uma corrente líquida suave, ao longo destas décadas, pois ela encontrou no seu



percurso massa solida, política e sociais que breca o seu avanço .Os países ricos tem pouco a oferecer e a ausência de uma autoridade mundial⁷ efetiva ,neste cenário de globalizado descontrolada, tem gerado grande instabilidade política que se traduz em tensões e desigualdades espriaidas desigualmente pelo mundo. O fato é que o desenvolvimento econômico (prometido) tem chegado a poucos países e de forma muito desigual espacial e temporalmente.

3 ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS DA ÁSIA E AMÉRICA LATINA.

Nos últimos anos voltou à pauta acadêmica e política o debate sobre qual o papel que teria a exploração de recursos naturais para o desenvolvimento econômico dos países periféricos que optaram por essa forma de integração ao processo de globalização. Principalmente em função do novo *boom* das commodities que ocorreu no início do séc. XXI, que teve particularidades, frente aos anteriores, como a duração de 10 anos, estabilidade dos preços e inclusão no ciclo de todos os tipos de commodities (agrícola e não-agrícola) . Estes argumentos usados por muitos no passado e presente, de que é possível conseguir se desenvolver através das vantagens comparativas (especialização ou de economia de quase enclaves), vai na contramão de análises clássicas com a Prebisch (1949), Singer e Hirschaman (1959) nos quais a recomendação para vencer o atraso é ficar distante das commodities e volta-se para a industrialização.

Para Prebisch (1949) não é possível superar o atraso (subdesenvolvimento) de uma região periférica como a da América Latina, por essa estratégia de integração com os países industrializados, através do fornecimento de matérias-primas aos países centrais e compra de manufaturas. A razão estaria nos termos de troca desfavorável que ocorreria na venda de commodities e na compra de manufatura por esses países. A saída desta dependência do desenvolvimento econômico a dinâmica externa, ocorreria pela substituição de importação (processo de industrialização da economia) na qual um Estado forte e empreendedor teria um papel fundamental na sua implantação. Hirschaman (1959) com outros argumento chaga a conclusão semelhante, apontando que o desenvolvimento decorreria de escolha de setores que proporcionassem naquela economia efeitos ou *linkagem* fortes, para frente e para trás⁸entre os diferentes ramos e setores da economia ,

⁷ Ver Fiori (1994)

⁸ Um exemplo de atividade com fortes efeitos multiplicadores, são as indústrias de produtos intermediários, papel e celulose, derivados de petróleo, siderúrgicas. No campo inverso, com baixo impacto na economia local, estão as atividades extrativas -, madeira, mineradoras extraem, mas não transformam nada - Vale no Carajás.

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto
2019

Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

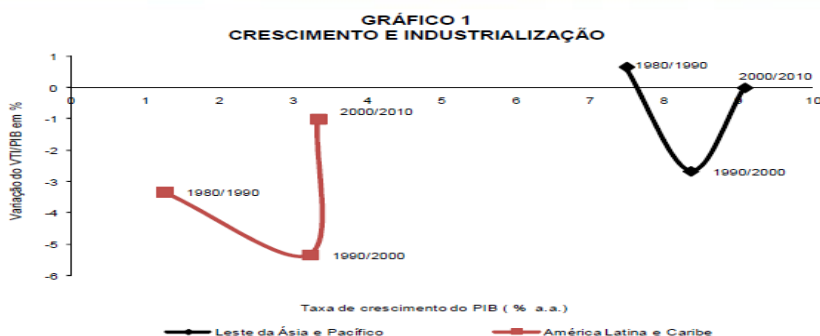
e que as economias baseadas em recursos naturais (especializadas) não gozavam desta característica, seriam incapazes de gerar links para frente com outros setores, assim qualquer escolha que não observasse essas peculiaridades inerentes aos setores mais dinâmicos, como indústrias, estariam fadados ao fracasso e o Estado teria também importância relevante neste cenário econômico do desenvolvimento.

Sobre essa controvérsia, de que tipos de atividades dão uma resposta mais adequadas ao desenvolvimento econômico de um região (especializadas em recursos naturais ou atividades diversificada), Carneiro (2007) em estudos recentes, baseados numa profusão de dados e nas formas de integração no processo de globalização, realizadas por economias periféricas na Ásia e da América Latina, mostra de forma comparativa os resultados das duas estratégias de integração, uma de natureza produtiva, associada aos países da Ásia e, outra financeira associadas aos países da América Latina. CARNEIRO (2007, p 2.).

Para constatar o desempenho diferenciado das duas áreas periféricas com suas distintas formas de integração a globalização, Carneiro (2007) recorre a parâmetros, que delimitam claramente o resultado desta inclusão neste período recente da globalização. De um lado, a relação crescimento econômico e industrialização (Fig. 1), e, do outro, não menos importante o crescimento e exportação de manufaturas (fig. 2). As duas figuras expõem com nitidez, as diferenças marcantes destas duas estratégias de inserção na globalização dos países da Ásia e da América Latina ao longo de três décadas.

Percebe-se pelo gráfico 1 que durante todo o período analisado (1980|2010), as taxas de crescimentos da Ásia no eixo horizontal (anzol preto a direita) são superiores e da América Latina (anzol vermelho), mesmo durante a década de ouro das commodities. A razão desta superioridade da Ásia frente a América Latina, segundo Carneiro (2007), foi a estratégia de integração produtivista da Ásia, que possibilitou a ampliação do peso da indústria no PIB, e adensamento das cadeias produtivas e de diversificação de exportações, aproximando assim as suas estruturas produtivas daquelas dos países desenvolvidos. No caso da América Latina a opção por uma integração financeira de rápida abertura e integração passiva a conduziu a uma re-especialização da sua estrutura produtiva (as commodities) e, uma desindustrialização que tem como produto taxas modestas de crescimento econômico em igual período.

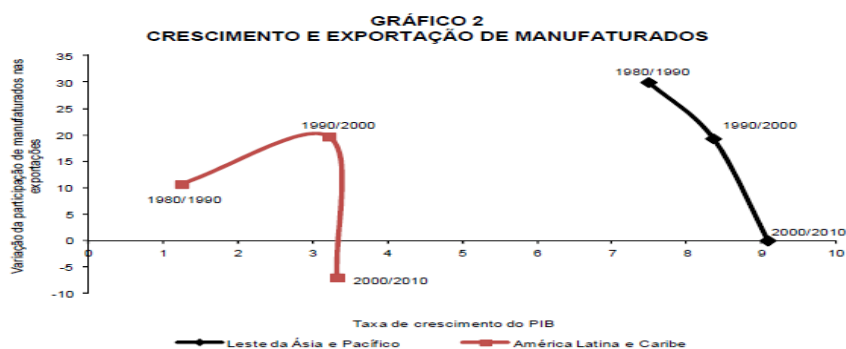




Fonte: Banco Mundial: World Development Indicators.

O gráfico 2, abaixo, relaciona o crescimento e exportação de manufatura (eixo horizontal) com a participação da variação das manufaturas (eixo vertical) nas duas regiões, com distintas formas de integração a globalização. Nota-se que há mais diversificação e intensidade entre os países que adotaram uma estratégia de diversificação, segundo Carneiro (2012) do que naqueles que optaram por retomar o desenvolvimento com base nas vantagens comparativas estáticas abandonando as estratégias de industrialização América Latina. (CARNEIRO 2012 p.12). Durante a etapa da globalização, países subdesenvolvidos que optaram por uma estratégia de diversificação econômica lograram um crescimento mais rápido e um processo de convergência mais expressivo do que aqueles que permaneceram especializados. Essa constatação se manteve mesmo para os períodos mais recentes marcados pelo choque positivo de preços de commodities. (CARNEIRO 2012 p 43)

A conclusão que se chega a parti desta correlação de desempenho de duas regiões com tipo de inserção diferente na globalização é aquela sugerida pela literatura econômica, segunda qual o desenvolvimento econômico passa necessariamente por adensamento de cadeias produtivas voltadas a industrialização. Mas para Carneiro (2007), isso decorreria da expansão do comercio internacional de manufaturas, da qual os asiáticos passam a ter um papel de terceirizado da sua produção e exportação.



Fonte: Banco Mundial: World Development Indicators.

**CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade**



**IX Jornada
Internacional de
Políticas Públicas**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto 2019
Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

A grande beneficiada da globalização produtiva foi China e seus satélites do Sul Leste da Ásia que ao optar por uma estratégia de inserção baseada na exportação de manufaturas articulado pela presença de um Estado forte consegue adequar rapidamente os pressupostos das políticas liberalizantes com as vantagens internas que detêm nos baixos custos em termos de fatores de produção. América Latina apesar de se beneficiar deste boom chinês fornecendo matéria-prima demandado pelo crescimento destes países da Ásia não tem muito a comemorar, a razão se encontra no formato de inserção escolhido na globalização – produtor de matéria-prima para as áreas emergentes e economias centrais - essa opção embora lhe tenha rendido um certo crescimento durante o super-ciclo das matérias-primas, mesmo assim em termos estruturais lhe deixou numa posição parecida do período colonial onde a dinâmica econômica interna é dada pela demanda externa e que se agrava ainda mais com a lógica nova dada pela globalização financeira. A consequência perversa da globalização é que os países ganhadores não foram os promotores, quem ganha é o Japão e a Ásia e se deve a ação de um Estado forte, organizado em torno de um projeto nacional de desenvolvimento, onde o Estado seguiu os passos utilizados pelos países de capitalismo tardios no Século XIX. Se constata que os países que se destacam na globalização dos mercados não se espelharam no neoliberalismo. A década de oitenta estas contradições esconde assim um paradoxo, pois os países que sobressaem seguem trajetórias diferente daquela sugerida pelo o mercado, o êxito está na heterodoxia utilizada.

4-A DECADA DE OURO DAS COMMODITIES E AS ECONOMIAS INTENSIVA EM RECURSO NATURAL-

Commodities (mercadorias) são produtos com pouca e nenhuma diferenciação, não importa como ou onde seja produzidos, nos USA ou na China ou Brasil (se, in natura e/ou com baixo agregação de valor), são muito semelhantes (soja ou trigo, petróleo, minério de ferro etc). Commodities são negociadas nas principais em bolsas de valores no mercado futuro ou a vista. Essas mercadorias podem ser de origem mineral, animal e vegetal. A mais importante caracteriza desde mercado é a volatilidade dos seus mercados e, recentemente, a financeirização dos seus preços. Um número restrito de produtores responde por parcelas importantes da oferta destas mercadorias no comércio internacional, no caso do petróleo (Oriente Médio), e de grãos, carnes e minérios (América). O crescimento da demanda, na últimas três décadas ocasionou a incorporação





ao processo produtivo um imenso território que configura e re-configura a geografia produtiva de países como o Brasil, Argentina Paraguai, Bolívia, Venezuela Colômbia, Equador Peru e Chile, nos quais a produção de commodities assume um papel relevantes para o crescimento econômico e, portanto, para o emprego e renda. Essa foi forma que estes países encontraram de se integrar a globalização, ou seja, retomar a estratégia antiga, de exploração de bens intensivo em recursos naturais na qual todos já possuíam experiências desde a época colonial.

O início do Séc. XXI foi um período importante, por conta de uma ascensão de preços de todos os tipos de commodities (petróleo, minerais e agrícola), que perdurou por uma década (2003/2013), fenômenos econômico inédito até então, e, demarcar também uma época de prosperidade econômica e ascensão social para países especializados na produção de commodities. A consequência econômica foi um crescimento com taxa robusta com reflexo sobre as Contas Nacionais e, também no lançamento de políticas públicas inclusiva por estes Estados Nacionais.

Essa *década de ouro das commodities*, isto é, de crescimento excepcional dos preços das matérias-primas por dez anos seguidos esteve articulada a *determinantes externos e internos*. Sem dúvida o *efeito china* é aceito como o mais relevante fator deste *boom econômico*, e decorreu das altas de crescimento econômico da China, por década a fio, possibilitando assim a inclusão produtiva de milhões de consumidores ao mercado. Foi o crescimento contínuo da demanda para uma gama enorme de matéria-prima, que a China no curto prazo não tinha como produzir, é que forçou o aumento dos preços de tais produtos nos países fornecedores de matéria-prima (MESQUITA, 2016.).

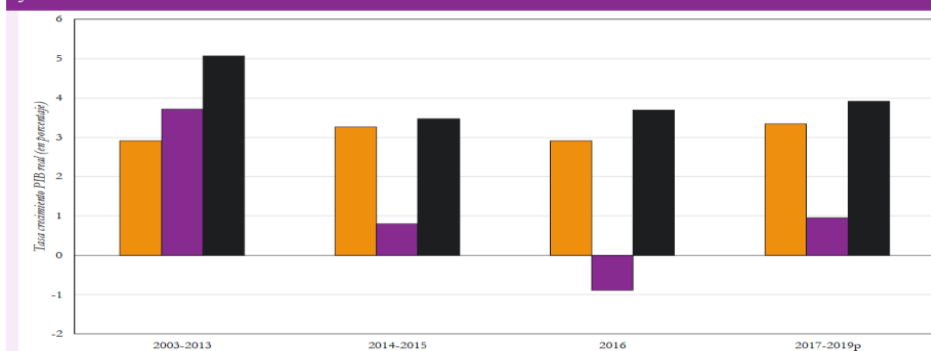
Por outro lado, essa demanda generalizada por matéria-prima, além de satisfazer a demanda interna chinesa, também foram direcionadas (uma vez processada ou não) ao comércio regional no qual a China ela lidera, dado o papel de interposto comercial e, também de processador e que ela passa com a sua integração na globalização.

No plano interno os governos AL, ao longo deste processo de globalização, foram muito solícitos e generosos na adoção de políticas econômicas (câmbio flexível, política fiscal e monetária) e setoriais (trabalhista e ambientais) compatíveis com os princípios neoliberais, com o objetivo de atrair capitais produtivos e especulativos, e assim fechar as contas públicas e, claro o balanço de pagamento. Enquanto, o período de ouro das commodities prevaleceu, o cenário econômico interno esteve sob controle, mas tão logo ocorra mudança no cenário externo, como aconteceu já em 2013/2014 com o recuo do crescimento chinês e valorização do dólar, esse *boom das commodities* se exauriu. O resultado é uma deterioração novamente das contas públicas dos países cuja base

econômica se encontra nas receitas das exportações de commodities e da dinâmica econômica de seus compradores. Esse cenário declinante que passa a prevalecer desde 2014 na da América Latina , em função do desaquecimento da economia chinesa agravado com a crise política e econômica das principais economia regionais , Brasil e Argentina ,segundo o FMI em relatório recente (2019),mostra o grau de dependência que essa região tem frente a dinâmica externa , especialmente o desempenho da economia chinês , hoje seu maior parceiro comercia. Os fatores internos, ou seja, ação governamental neste cenário de globalização no qual a região embarcou se tornou secundar, não tiveram maior peso na determinação da expansão anterior e nem na recuperação atual . Para ilustrar essa dependência de economias especializadas em commodities frente aos fatores externos, o Banco Mundial usou um modelo econométrico onde contrapõe quatro variáveis externas que tem interferência na taxa de crescimento da A L com os fatores internos sobre o controle do Estado, a conclusão é eles contribuíram pouco ou quase nada para esse crescimento e portanto os países precisam encontra urgentemente sua própria fontes de desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2019, p 25)

O gráfico abaixo ,essa conclusão também pode ser constatada , ele destaca o desempenho do PIB da América Latina e Caribe vis-à-vis a outras regiões ,se percebe que é somente no período de boom das commodities (2003/2013) que a América Latina consegue ultrapassar a resto do mundo, depois o crescimento do PIB esteve sempre abaixo do mundo e também dos emergentes.

GRÁFICO 1.4. Crecimiento del PIB real: LAC, mercados emergentes (excl. LAC y China) y resto del mundo



Nota: Promedios ponderados para valores subregionales. Fuentes: Estimaciones del Banco Mundial (marzo del 2019) si están disponibles y, de lo contrario, WEO (octubre del 2018).

O boom provocado pela China (2003/13) no qual todos embarcam a procura do desenvolvimento econômico que supere as questões estruturais inerentes as econômicas subdesenvolvidas, que tem na heterogeneidade estrutural sua marca registrada, se trouxe mudanças importantes ,em termos de crescimento econômico sustentado pelos preços

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto
2019

Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

altos da commodities que alivia os contas publicas (resultado das crises da década de 1980) e permite a construção mesmo que provisório de uma política de inclusão social, ela também trouxe, insegurança e vulnerabilidade, a essa economia sustentada em atividades reconhecidamente problemáticas (exploração de recursos minerais) e ,na transformação de estruturas (arcaicas) consolidadas a séculos.

Ou seja, sem a as benesses da década de ouro das commodities, os problemas crônicos (déficit público, baixa taxa de crescimento econômica, desemprego e exclusão social) da região especializadas e dependentes da exploração de matéria-prima, reaparecem com todo o vigor e os primeiros a serem impactados são os pobres. Este cenário de estagnação econômica, vem de mãos dados com de questões políticas e da geopolíticas que emerge com ascensão da a direita – eleição de Trump (e seus seguidores) e ,com ele, o protecionismo e as guerras comerciais com impacto imediato sobre as econômicas periféricas (e, também ricas) que optaram em se desenvolver ,nesta etapa da globalização, através da exportadoras de commodities.

Dos inúmeros problemas que as economias especializadas em recursos naturais enfrentam no sentido de montar uma estratégia de desenvolvimento em longo prazo, se encontra na volatilidade de preços destas mercadorias e da financeirização de seus preços (com globalização). Estes aspectos, somados a outros, têm profundas implicações na configuração de um projeto sustentável de desenvolvimento . A teoria econômica tenta explica essas questões por diferentes atalhos, seja pela a estrutura da oferta e da procura que constitui o mercado destes produtos e/ou por políticas intervencionistas- subsídios/protecionismo- que distorcem ainda mais as falhas já inerente a esse tipo de atividades, e por fim, a financeirização que passa a ocorrer no mercado com a globalização financeira. Além destas explicações da economia tradicional, para Kalecki, a razão dessa particularidade da formação de preço no mercado de commodities seria outra, a questão estaria na dinâmica que esses mercados tem em comparação com aqueles dominantes no setor industrial. No primeiro prevalece os flex-prices (os preços se ajustam a demanda) e no outro fix-prices (o ajuste do preço se faz via o crescimento da oferta ou pela margem de capacidade ocioso (CARNEIRO, 2007, p 22).

Essas características de oscilação constante do mercado de commodities é o fator complexo que os países enfrentam na estruturação do seu crescimento econômico, porque tem inferência nas receitas fiscais e cambiais e conseqüentemente no manejo de uma política econômica que seja compatível com os princípios neoliberais da globalização ,de câmbio flutuante, pois ele ao interferir na moeda nacional e no gasto público, também interfere , na mais importante variável para o crescimento da economia - o investimento-





responsável pela criação da demanda efetiva e portanto pelo desempenho do país. Ou seja, segundo Carneiro para países muito dependentes das *commodities*, o principal efeito da volatilidade seria a redução das taxas de investimento e do crescimento em longo prazo “(...) efeitos negativos da especialização na produção desses bens independem da existência de uma tendência declinante de preços no largo prazo. Bastam a volatilidade e a especialização (CARNEIRO, 2007, p.23)

5-CONCLUSÃO

O processo recente de globalização que se estende por três décadas, sob o domínio do capital financeiro, é repleto de contradições e paradoxos que supostamente não deveria sobressair dado que ele foi gestado e imposto no sentido de limpar antigos obstáculos, estruturais e conjunturais, que teriam ocasionado nos anos 1970, o quadro de desemprego, inflação, estagnação econômica e crise social, por conta da adoção de políticas keynesianas no cenário da crise de 1929. O front de batalha foi o papel do Estado e as salvaguardas políticas e institucionais sob o controle dos Estados Nacionais e instituições internacionais legitimadora dessa ordem inaugurada no pós-Segunda Grande Guerra, os quais limitavam os fluxos financeiros e comerciais necessários a expansão do capital.

O desmonte deste padrão começa, portanto, pela remoção destes obstáculos, que rompe e desqualifica a ação governamental e substitui o sistema econômico anterior (padrão ouro) e introduze novas regras de caráter liberalizante sob a hegemonia das forças de mercado. Curiosamente, percebe-se que o produto da globalização atual – financeira e produtiva – não migrou automaticamente aos idealizadores e gestores desta proposta - americanos e europeus- e nem para aqueles países que seguiram à risca os dez mandamento da Cartilha (Consenso) de Washington, como a África ou América Latina e Caribe, estes foram perdedores.

Os grandes ganhadores se encontram no Sul e Sudeste da Ásia sob a órbita da China. São estes países que conseguiram separar, apenas aspectos, que lhe convinha na sua estratégia de inserção na globalização via exportação de manufaturas , mantendo e/ou reforçando a presença de um Estado forte e autoritário na condução desta estratégia de integração a globalização, centrada no aspecto produtivo e diversificado . Aquele países que aderiram sem ressalta ao neoliberalismo, que optaram por uma inserção financeira associada a produção de commodities, caso dos países latinos americanos, pagaram um preço alto e foram quase esgarçados pela concorrência desigual dos desenvolvidos ou por

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto
2019

Cidade Universitária da UFMA
São Luis, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.9jornp.ufma.br

aqueles que escolheram a exportação de manufaturas como estratégia de inserção na globalização (países da Ásia), que se traduziu em um desempenho econômico medíocre 1/3 daqueles localizados na Ásia, mesmo surfando durante 10 anos no boom das commodities.

Uma das primeiras regiões a endossar os princípios da globalização, oferecendo como moeda de troca: a redução do papel do Estado, privatização de empresa pública, desregulamentação dos mercados e políticas macroeconômicas, dentre outros aspectos, foi América Latina e o Caribe, na esperança de superar seus problemas econômicos estruturais (controle do déficit público e de estabilização econômica) e sociais e voltar a crescer. Ao penhorar o seu futuro nestes projetos fundamentalistas de mercado e de atuação questionável do Estado, criaram uma armadilha da qual muitos não conseguem sair, pois ao aceitar que o Estado fosse substituído pelo mercado, estes países abriram mão de parte do poder que tinha sobre as escolhas de estratégias de desenvolvimento e de manejo da política econômica voltada ao crescimento da sua economia. Se é verdade que o Estado Nacional perde parte de funções que tinham no passado, também é verdadeiro, que a globalização, enquanto unificação de todos os mercados, nos moldes imaginado por Kant, ela nunca se concretizou e se encontra ainda na sua infância. O Estado, apesar do avanço da globalização financeira, ele ainda detém o monopólio da lei e tem o controle sobre um fator de produção fundamental para o sucesso ou aceleração da globalização produtiva – que é a mobilidade a força de trabalho e/ou sobre os processos migratórios já que o poder político ainda se encontra em suas mãos. (HOBBSBRAWM,2008)

Mas é preciso alertar que isso não se deve ao bom funcionamento das forças de mercados como acreditam alguns, mas as suas falhas. Os mercados apenas eventualmente são eficientes e estáveis. A norma é que as forças de mercados geram desequilíbrio e concentração da riqueza mantendo ou não o equilíbrio. O equilíbrio e a eficácia do mercado quando presente se deve a um conjunto de regulamentações e leis criadas e efetivadas no âmbito do Estado nacional para garantir a entrada e permanência destes investimentos (STIGLITZ,2013). Ou seja, caberia ao Estado (em tese) definir regras do jogo para evitar distorções e concorrência desleal que emergem das falhas de mercado, no entanto, neste cenário de políticas liberalizantes e de globalização de mercados, percebe-se que as regras favorecem ricos e aprofundam ainda mais as desigualdades, porque as oportunidades de trabalho aos pobres são escassas e/ou desaparecem e, seus meios de produção são confiscados. Em outras palavras, as desigualdades são um produto das políticas governamentais praticadas no âmbito da globalização que dá ênfase à produção de commodities cuja riqueza gerada não é





apropriada por aquela população ali presente. A falha é tanto do mercado quanto do estado, e portanto, ambos são co-responsáveis pelos danos socioambientais e exacerbação dos níveis de desigualdades que acompanham esse processo de ocupação do campo pela agricultura de larga escala que se contata na América Latina nas últimas décadas (MESQUITA,2018).

No entanto, essa perda parcial de controle dos Estados sobre o mercado, não os impedem de avançar em outras frentes num jogo competitivo de alicerçar diferentes modos de inserção das economias e das sociedades domésticas no sistema mundial. Assim as diferentes estratégias nacionais para o desenvolvimento, pode ser entendida como a orientação básica resultante do conjunto de políticas estatais em relação à atividade econômica, ou uma orientação que emerge por tentativa e erro, *default*, os países adotam como formas diversas de integração a globalização (SALLAUM JR, 2000).

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, M. *Macroéconomie financière*. Paris: Éditions La Découverte, 1995.
- BANCO MUNDIAL. Informe semestral, Oficina Del Economista Jefe Regional, Washington, DC ,2019
- BELLUZZO, L. G. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. L. *Poder e dinheiro*. Uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CHESNAIS, F (Org.). *A mundialização financeira: gênese, custo e riscos*. São Paulo: Xamã,1998.
- COUTINHO, L., BELLUZZO, L. G. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 7, 1997.
- Carneiro, R. Globalização e integração periférica. Texto para Discussão 126 - Instituto de Economia da UNICAMP. Março de 2007.
- _____. Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina, Santiago, serie macroeconomia del desarrollo, enero de 2012.
- _____. Globalização financeira e inserção periférica *Economia e Sociedade*, Campinas, (13): 57-92, dez. 1999.
- FIORI, J. Globalização econômica e descentralização política. Um Primeiro Balanço, Ensaio FEE,15(2) P293-311, 1994
- HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. *Interface*,v.2,n.4,2006
- HIRSCHMAN, A. O. *The Strategy Of Economic Development*. New Haven,1959

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto
2019
Cidade Universitária da UFMA
São Luis, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

HOBBSBRAWM, E. Depois Del siglo xx > Um mundo em transição, in Lagos, Ricardo, America LALINA > Integracion o fragmentacion, Buenos Aires, Edhasa , 2008

MESQUITA, B.A. Contribuição Governamental na Ascensão do Modelo Agroexportador do Agronegocio e suas Consequências Sociais e Ambientais, *Revista de Políticas Públicas*, número especial, novembro, 2016.

____. A expansão da fronteira agrícola num cenário de globalização da agricultura, *Revista de Políticas Públicas*, número especial da VII Joinpp , 2018, v. 22 (2018)

SALLAUM JR. B. Globalização e Desenvolvimento - A estratégia Brasileira nos anos 90.

Novos Estudos CEBRAP, n.58(11) p131-159

STIGLITZ, J. E. O Preço da desigualdade, Lisboa, Bertrand Editora, 2013.



AMAZÔNIA: REVISÃO DAS DINÂMICAS AGRÁRIAS E TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS*

Resumo: A Amazônia brasileira assume dimensão geopolítica relevante, principalmente quando se verifica intensa exploração econômica dos recursos da natureza, com pressão política nos territórios tradicionais e áreas protegidas, com o objetivo de produzir um espaço das *commodities* agrícolas e minerais. Nessa perspectiva, duas questões centrais se impõem: primeiro, a metamorfose da terra em propriedade privada; segundo, a formação de um estoque de terras para a apropriação e dominação do agronegócio na região. Resulta que o comércio de terras e a pressão sobre as áreas protegidas indicam a nova agenda política das forças hegemônicas do agronegócio na Amazônia.

Palavras-chaves: Amazônia, Agronegócio, Território, espaço agrário.

ABSTRACT: The Brazilian Amazon assumes a relevant geopolitical dimension, especially when there is intense economic exploitation of natural resources, with political pressure in the traditional territories and protected areas, with the objective of producing a space of agricultural and mineral commodities. In this perspective, two central issues are imposed: first, the metamorphosis of land into private property; second, the formation of a stock of land for the appropriation and domination of agribusiness in the region. It turns out that land trade and pressure on protected areas indicate the new political agenda of the hegemonic agribusiness forces in the Amazon.

Keywords: Amazon, Agribusiness, Territory, agrarian space.

1 INTRODUÇÃO

O tema deste texto, sob nosso entendimento, assume uma dimensão geopolítica relevante, pois consideramos que as questões centrais que envolve a Amazônia neste início de século XXI indicam que a intensa exploração econômica dos recursos da natureza, dos territórios tradicionais ou culturais e das áreas protegidas, tende a produzir um espaço do conflito em escala local, nacional e global. Portanto, há uma geografia multiescalar dos conflitos agrários e territoriais que se delinea, configurando o local e o global como processos empíricos na vida social de inúmeras *comunidades rurais*.

* Sistematização da Palestra realizada no II Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (II SEP DAM), realizado na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), no período de 26 a 28/11/2018.



Nesse sentido, parece-nos que as variáveis globais, ou os fluxos exógenos, fragilizam as políticas públicas inerente às *áreas protegidas*, instituindo o debate e a ação política referente ao uso do território. Particularmente, a questão do território, sobretudo os das comunidades tradicionais, emergem como nova agenda política, que podemos qualificar como agenda territorial do agronegócio que prioriza formas agressivas e intensas de apropriação do espaço regional amazônico.

Para compreender essas dinâmicas agrárias e territoriais, estruturamos nossa sistematização em dois eixos analíticos, como segue: o primeiro, problematiza a colonização agrícola como processo de mercantilização do espaço agrário amazônico, seguindo do segundo, que analisa o agronegócio e o estoque de terras na Amazônia como elementos centrais que ampliam a multiescalaridade da problemática regional. Assim, pretendemos analisar a recente ocupação territorial da Amazônia, via política de colonização agrícola (décadas 1960/1980), problematizando o deslocamento da geografia econômica assentada no extrativismo vegetal para a agropecuária, na qual a produção de *commodities* representa a presença do agronegócio – e mineração - na maior floresta tropical do mundo. Duas questões centrais se impõem na análise: a metamorfose da terra/natureza em propriedade privada - fruto da colonização - e a formação de um estoque de terra/propriedade – regularização fundiária – e consequente apropriação e dominação do agronegócio na região, fazendo expandir o mercado de terras nacional/global.

2 COLONIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO AMAZÔNICO

Registra-se na história regional amazônica, no final do século XIX e início do XX, movimentos de intervenção estatal articulado, sobretudo, em função da economia da borracha e do fluxo migratório, principalmente, do Nordeste brasileiro, possibilitando a formação de duas metrópoles regionais (Belém e Manaus) em meio à massa florestal e fluvial, que assumia e ainda assume exuberância na paisagem regional. A economia da borracha foi de relevante importância na dinâmica regional e nacional, quando chegou a ser, no período citado, o segundo produto na pauta das exportações brasileiras. Todavia, ela não foi suficiente para adensar as dinâmicas econômicas e territoriais, ficando restritas aos cursos fluviais onde o povoamento se espalhou, evidenciando um típico padrão geográfico amazônico articulado na relação “rio-várzea-floresta” (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Somente após a década de 1960, uma política territorial mais intensa sob a gestão do Estado brasileiro produziu espacialidades diversas na Amazônia, o que permitiu

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto 2019

Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.oiinpp.ufma.br

ao capital monopolista adentrar na região, substituindo parte significativa das elites locais e do capital regional. Redefiniu e alicerçou a região às dinâmicas basilares do território nacional, desdobrando-se em processos de fragmentação da unidade regional, cada vez mais aprofundado pela divisão territorial do trabalho (CARDOSO; MÜLLER, 1977; BECKER, 2007; MELLO-THÉRY, 2011).

No governo Civil-Militar (1964-1985), o Plano de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto Lei nº 1.106 de 16.06.1970, desenhou-se como política territorial de escala nacional, pois, seus objetivos constituintes se desdobraram em transformações espaciais profundas na Amazônia, que décadas depois completaria a integração territorial - ainda inacabada - aos circuitos da economia moderna, criando uma cooperação do Estado com o Mercado na produção do espaço regional. No PIN, em seus objetivos centrais, sublinhava-se a natureza espacial da ação estatal para a Amazônia, especialmente, no desígnio de constituir imediata materialidade técnica na região, no qual pode-se indicar a prioridade para o avanço da fronteira econômica agrícola, as estratégias de desenvolvimento de uma economia de mercado em contraposição à economia de subsistência, reorientar os fluxos populacionais para a Amazônia e consolidá-la como fronteira agrícola (OLIVEIRA, 1990).

Na geopolítica pensada para a Amazônia, a colonização agrícola se tornou uma política territorial estratégica, compondo a lógica de intervenção que alimentou as transformações espaciais que se projetara à região. Embora a política de colonização já estivesse pensada no Estatuto da Terra, seu aproveitamento mais intenso ocorreu com o Programa de Integração Nacional (PIN), no Governo Médici (1969-73).

Nas alterações sociais e espaciais a ação desempenhada pelo governo federal se impôs pelos mecanismos de dominação e estratégia de intervenção no território. O controle e orientação dos fluxos populacionais, a gestão do acesso à terra e aos recursos da natureza, somado a sociabilidade mediada pelas agências governamentais decorrentes do fluxo de crédito e do ingresso ao mercado de trabalho, constituíram em poderosos mecanismos de domínio do território.

Em sua dimensão geográfica, a colonização também desempenhou função de ajuste espacial dos conflitos socioeconômicos que se adensaram nas regiões economicamente dinâmicas no país, ao tempo que pavimentou a inserção de atividades econômicas no campo e na cidade, modificando a região das bordas ao coração da floresta Amazônica (COSTA SILVA, 2015). Em termos demográficos, no período de 1970 a 2010, a população da Amazônia multiplicou por 3,5 vezes, crescendo de 6.931.759 para 24.371.265 milhões de habitantes. Esse crescimento se diferenciou entre campo (1,5





vezes) e cidade (6,8 vezes), o que significa que a colonização agrícola esteve articulada ao crescimento das cidades e a expansão da rede urbana regional, fenômeno que levou vários pesquisadores a conceituar a Amazônia como uma fronteira urbana, se distinguindo dos processos pretéritos de expansão das fronteiras no Brasil (CASTRO, 2009).

Como síntese, numa perspectiva agrária, pode-se indicar vários efeitos derivados das políticas territoriais de ocupação agrícola na Amazônia. Primeiro, a expansão da propriedade privada ou da posse da terra como mediação social e mercantilização do espaço agrário. Dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) indicam que no período de 1970 a 2006, o número de propriedades rurais cresceu 82% na Região Norte, passando de 261.145 para 475.778 unidades. Para o mesmo período, o Centro-Oeste obteve 25% e o Nordeste 11%, enquanto o resultado foi negativo para o Sul (-21%) e Sudeste (-1). Ainda na Região Norte, a expansão das propriedades (unidades) com até 100 hectares (ha) representou 53%, ao passo que os grupos de áreas de 100 a 1000ha e acima de 1000ha, corresponderam, respectivamente, 41% e 93%, período que se caracterizou pelas políticas territoriais de distribuição de terras. Nos estratos fundiários menores que 100ha, a área incorporada foi na ordem de 5.105.245ha, crescimento de 111%, ao passo que nos estratos de 100 a 1000ha e acima de 1000ha o resultado foi, respectivamente, de 36% (5.064.288ha) e 67% (10.730.706ha), o que se pode verificar que as grandes propriedades incorporaram duas vezes mais áreas que as pequenas propriedades.

Contraditoriamente, em face da “baixa” densidade populacional rural, se erigiu uma corrida pela terra que ainda não cessou na Amazônia, o que continua produzindo intensos conflitos agrários e territoriais. No plano estrutural, houve uma transformação geoeconômica regional quando se deslocou a economia tipicamente extrativista, centrada na exploração da natureza a partir de mercadorias retiradas dos rios e da floresta, a exemplo do pescado, madeira, borracha, castanha-do-brasil e outros produtos da natureza, para a economia da agropecuária, que atualmente, em algumas sub-regiões amazônicas, se transformou em agronegócio (produção de *commodities*), ampliando o espaço do capital globalizado (COSTA SILVA, 2015). Os principais produtos desse novo uso do território são as *commodities* de soja, milho, pecuária (carne), cana-de-açúcar e minérios. Por sua vez, o avanço da fronteira agrícola na Amazônia delineou os conflitos agrários como processo marcante da sociabilidade do capital, cujo pares “modernidade e violência” constituem conteúdo da dinâmica agrária.

Disso resultou no imperativo territorial, ao longo dos anos, de se garantir e ampliar as áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas e áreas quilombolas), como produto territorial das lutas sociais e políticas desenvolvidas pelas comunidades



tradicionais amazônicas, ONG's, organizações camponesas e setores do Estado. Contemporaneamente esse processo encontra-se em refluxo político, sobretudo pela sinalização do atual governo brasileiro em desestruturar o sistema de proteção ambiental, *pari passu* a exploração intensiva das *áreas então protegidas* na forma da lei.

3 AGRONEGÓCIO E ESTOQUE DE TERRAS NA AMAZÔNIA

Após quase seis décadas de ocupação econômica da Amazônia no modelo de exploração intensiva dos recursos naturais e sua mercantilização na dinâmica societária do capital (mercado de terras, agropecuária, mineração, madeira, mineral e hidroenergético), amplia-se cada vez mais a corrida pela terra, com conseqüente recrudescimento dos conflitos agrários e territoriais na região (LIMA; COSTA SILVA, 2018).

Ao menos duas questões se impõem no cenário amazônico que se qualifica como uma problemática recente: *i)* a regularização fundiária das terras ocupadas e disponibilizadas pelo governo federal através de colonização agrícola (assentamentos rurais/campesinato) e destinação particular (médios e grandes proprietários), se colocam como um estoque de áreas disponíveis ao mercado de terras mobilizado pelo agronegócio; *ii)* tal processo induz a uma pressão econômica e socioterritorial que alimenta a geopolítica das áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas e áreas quilombolas), atingindo os povos e comunidades tradicionais amazônicas e parcelas do campesinato. Nessas questões, evidencia-se a vinculação do debate agrário com a dimensão territorial do capitalismo global na Amazônia.

Regularização fundiária e o estoque de terras

Referente a primeira questão, os dados mais recentes do Instituto de Colonização Agrícola e Reforma Agrária - INCRA, órgão público responsável pelas políticas de distribuição de terras na Amazônia, indicam haver na região 3.274 assentamentos rurais, atendendo 525.391 famílias, representando uma área de 67.577.932,24 hectares, num universo de 6.717.148 habitantes no espaço rural, que equivale a 28% da população que vive na Amazônia (INCRA, 2017).

Desde a década de 1960, quando iniciou a política de assentamentos rurais na Amazônia, parte desse universo de "proprietários" não tiveram e ainda não têm suas posses juridicamente confirmadas, ou seja, ainda não possuem títulos definitivos de suas propriedades. Portanto, o conjunto de posseiros é amplo e sua fragilidade social e jurídica se tornou uma problemática/questão social contemporânea que se cristalizou com o

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto 2019

Cidade Universitária da UFMA
São Luis, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.oiinpp.ufma.br

avanço do agronegócio, principalmente da soja, estimulando a crescente corrida pela terra e os conflitos agrário-territoriais na Amazônia (COSTA SILVA, 2015). Se no período anterior à política governamental de colonização agrícola a situação jurídica das terras não se constituía em uma problemática social aguda que exigisse sistemática ação governamental na região, na atualidade essa é uma questão central que envolve uma quantidade considerável de famílias, em geral camponeses dos assentamentos rurais do INCRA, mas que atinge, também, as médias e grandes propriedades, somado às propriedades fruto de invasões e grilagens de terras públicas, incursão em unidades de conservação, terras indígenas e áreas quilombolas.

O deslocamento da economia extrativista, ancorada no valor de uso da natureza vinculada às mercadorias “naturais”, para a agropecuária e agronegócio, estas amparadas no valor de troca dos produtos agrícolas e das terras, impôs uma relação social e econômica que, atualmente, exige-se a titulação definitiva das propriedades, tanto para acessar as variedades de créditos agrícolas quanto à comercialização para com o agronegócio, principalmente, da soja e pecuária. Nestes termos, os requisitos de “segurança jurídica”, expressão comum nas narrativas das instituições e dos grupos hegemônicos do agronegócio, se coloca como imperativo territorial para transformar a Amazônia brasileira num comércio global de terras. Portanto, um volume considerável de terras públicas, algumas destinadas aos assentamentos rurais e outras apropriadas de forma fraudulenta pelo mecanismo de grilagens de terras, estão forçosamente articuladas em uma agenda política e territorial qualificada como regularização fundiária.

Tal situação está caracterizada a partir dos dados do Cadastro Ambiental Rural – CAR, instrumento instituído na lei 12.651/2012, cujo objetivo é auxiliar as instituições públicas no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, assim como, visa controlar e monitorar o desmatamento dessas propriedades. Funciona como instrumento declaratório, em que o proprietário georreferencia sua área. Todavia, ocorre que o CAR pode e/ou tende a servir como instrumento de grilagem de terra, sobrepondo áreas protegidas. Dados recentes indicam a sobreposição ou “incorporação” de 11.091.061 hectares de áreas indígenas nas propriedades dos fazendeiros, registrando maior “grilagem virtual” nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará, Acre, Maranhão e Rondônia (CASTILHO, 2017).

A proposição do Programa Terra Legal Amazônia (PTLA), lançado em 2009 no âmbito do Plano Amazônia Sustentável (PAS), do governo federal, tornou-se a resposta governamental para enfrentar a indefinição dos direitos fundiários na região, cujo objetivo era regularizar cerca de 300 mil posses localizadas em 436 municípios dos nove estados



CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto
2019

Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

que compõem a Amazônia Legal. Com a entrega do título de propriedade objetivava-se garantir segurança jurídica aos posseiros e diminuir os conflitos agrários na região amazônica.

Num primeiro momento, pode-se argumentar que a política de regularização fundiária visou atender a demanda social do campesinato posseiro. Para essa assertiva corroboram os dados mais recentes do Programa Terra Legal, referente até maio de 2016, quando foram emitidos 17.101 Títulos de Domínio Rural, e destes 94,13% dos beneficiados não tinham qualquer documento jurídico que lhes garantissem a posse da terra. As áreas tituladas podem ser assim discriminadas: 72,4% destas correspondem às propriedades com até 1 Módulo Fiscal (MF), caracterizada como minifúndios; 22,7% representam propriedades de 1 a 4MF (segmento da agricultura familiar, na forma da lei), indicando que 97,4% das propriedades e 77% das áreas destinadas com titulação atende o segmento da agricultura camponesa/pequena propriedade. Registra-se que o segmento de 4 a 15MF (médias propriedades), respondeu por 2,6% dos beneficiados e alcançou 23% da área destinada nesse estrato. A área média por título de propriedade variou de 46,17 a 108,41 hectares, nos estados da Amazônia brasileira, o que significa que nesse primeiro momento a regularização fundiária atendeu os camponeses posseiros, constituídos por famílias produtoras de mercadorias agrícolas que abastecem as cidades da região, sendo responsáveis por parte significativa da alimentação que chega às residências, desempenhando relevante função na economia local e regional (RIBEIRO; SILVA; SANTOS, 2016).

Se a política pública de regularização fundiária Terra Legal (PTLA) visou, inicialmente, atender o campesinato, acolhendo uma demanda legítima de milhares de famílias, as forças hegemônicas do agronegócio, organizadas no Congresso Nacional brasileiro através da Frente Parlamentar da Agropecuária (bancada ruralista), atuaram para ampliar seus interesses econômicos e territoriais, constituindo-se em uma base parlamentar que apoiou e apoia todas as medidas que possam alterar as normas institucionais referentes às “áreas protegidas” da Amazônia. Atendendo as demandas da bancada ruralista, o governo federal instituiu várias Medidas Provisórias (MP), dentre elas a MP 759/2016, conhecida como “MP da Grilagem”, já sancionada em lei, que estabelece novas regras para regularização fundiária urbana, rural e da Amazônia Legal. Dentre as possíveis consequências para as comunidades tradicionais amazônicas e para o campesinato, a MP/Lei da Grilagem “abre a possibilidade de transferência de terras da União a grandes especuladores fundiários, anistia grileiros de terras, enfraquece a reforma agrária e acaba com o conceito de uso social da terra”. Além de liberar a transferência de





áreas públicas da União para grandes especuladores de terras, a MP da Grilagem ampliou para até 2.500 hectares a área que pode ser regularizada, abrindo caminhos para legalização dos latifúndios formados pelo instrumento da grilagem de terras públicas. Em resumo, a MP 759/2016 permite a legalização do processo de apropriação de terras públicas para servir à especulação fundiária e a ampliação do mercado de terras vinculado a expansão do agronegócio na Amazônia (RIBEIRO et. all., 2018).

Redução das áreas protegidas e ampliação do estoque de terras

Esse conjunto de ações organizadas pelas forças hegemônicas do agronegócio visa construir um espaço agrícola das *commodities* na Amazônia, obliterando qualquer instrumento de proteção ambiental que possa, sob as lentes do agronegócio, implicar em obstáculos ao crescimento espacial das *commodities* agrícolas e mineral. Alfredo Wagner Almeida qualifica essas ações como “agroestratégias”, ou seja, processos que incorporam extensões de terras e outros recursos da natureza, seja para inserir no fluxo da acumulação ou como reserva de valor territorial para o capital (ALMEIDA, 2010). Diz respeito às ações sistemáticas das forças econômicas que buscam controlar o território a partir da privatização das terras, deslocando-as do controle de domínio público para o domínio privado, servido, assim, como instrumento de controle territorial e político. As agroestratégias são acionadas pelos agentes do agronegócio para intensificar o controle territorial e para isso são utilizadas “medidas que objetivam remover obstáculos jurídico-formais e político-administrativos, que reservam áreas para fins de preservação ambiental ou para atender a reivindicações de povos e comunidades tradicionais”, o que na Amazônia resulta em intensos processos de desterritorialização, discriminação e campanhas sistemáticas nos meios de comunicação contra os territórios e territorialidades diferenciadas dos povos e comunidades tradicionais amazônicas (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, dentre outros).

Em outros termos, o agronegócio impõe uma agenda territorial para diminuir, suprimir ou modificar áreas protegidas que estejam obliterando o processo de acumulação. Trata-se de produção do espaço regional vinculado aos fluxos globais de produção agrícola, cujas transformações conduzem à uma geografia do agronegócio que consiste, a priori, no ataque sistemático para a redução das áreas protegidas (unidades de conservação), na inviabilização jurídico-territorial das áreas indígenas e quilombolas visando o controle e a formação de estoques de terras para alicerçar o crescimento espacial do agronegócio e, por fim, para fazer avançar a fronteira agrícola globalizada na



Amazônia. Expressa, portanto, a construção de uma geografia agrária metamorfoseada pela formação de monoculturas, incremento tecnológico nos processos produtivos e construção de redes geográficas para permitir a fluidez territorial, condição imperativa para a expansão das *commodities* na região amazônica, convergindo no uso corporativo do território (COSTA SILVA, 2014; COSTA SILVA; CONCEICAO, 2017).

Então, para a questão elencada sobre “onde há terras para o agronegócio globalizado?”, a resposta é a Amazônia. Se analisarmos a cartografia das áreas protegidas e as terras privadas por unidade da federação, verifica-se que as altas taxas de propriedade privada (de 70 a 92%) estão nos estados mais dinâmicos da agropecuária brasileira (Sul e Sudeste) e nas regiões mais antigas na ocupação territorial (Nordeste). No outro polo, temos nos estados da Região Norte, e mesmo nos estados que compõem a Amazônia brasileira, a maior representatividade de proteção ambiental no Brasil, com taxa que varia de 34 a 68% das áreas (ATLAS, 2017).

Em síntese, a Amazônia apresenta a menor taxa de propriedade privada por unidade da federação e a maior taxa de áreas protegidas sob o “controle” do Estado, constituindo-se numa região onde os processos de apropriação e grilagem de terras públicas podem se transformar em domínio do território pelos agentes hegemônicos do agronegócio globalizado. As terras sob o controle do Estado (áreas não destinadas) ou demarcadas em territórios protegidos (áreas indígenas, áreas quilombolas e unidades de conservação) estão no centro de disputas territoriais, opondo o agronegócio e as organizações sociais das comunidades tradicionais amazônica e do campesinato, Organizações não Governamentais (ONG's) e parte dos institutos públicos de pesquisa, que entende ser necessário áreas protegidas para garantir os direitos humanos e territoriais dessas comunidades rurais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos agrários e territoriais emergem escalas geográficas que articulam o local, o regional, o nacional e o global. Não se trata tão somente de conflitos locais, que normalmente envolviam fazendeiros e madeireiros contra os camponeses e as demais comunidades rurais na região. Trata-se da apropriação de grandes áreas, localizadas nos territórios do campesinato, dos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos, dos seringueiros, do conjunto social que qualifica a Amazônia como espaço de múltiplas territorialidades, de formas diferenciadas de relação homem e natureza.



O agronegócio globalizado visa destruir essas formas coletivas de uso do território, representando uma negação cultural dessas comunidades. Para isso, desenvolve estratégias no plano político, econômico, territorial e midiático, para justificar e legitimar as ações de destruição dos territórios culturais dos povos amazônicos, buscando se apropriar de áreas protegidas e terras públicas ainda sem destinação, na perspectiva de formar um mercado de terras e de expansão agropecuária.

Sob esse entendimento, a Amazônia se transforma numa fronteira global do agronegócio. Significa, pois, não se tratar somente de apropriação de terras, mas de domínios territórios do capital global.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.
- ATLAS. **Atlas – A geografia da agropecuária Brasileira**. Belém: Imaflora, Geolab/USP, 2017. Link: http://www.imaflora.org/atlas_agropecuário/
- BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, [1977] 2008. 168 p. ISBN: 978-85-99662-73-1. Books <http://books.scielo.org>
- CASTILHO, A. Proprietários rurais declaram 15 milhões de hectares em Terras Indígenas e Unidades de Conservação. **De Olho nos Ruralistas**, Observatório do Agronegócio no Brasil, 2017. Link: <http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2017/06/28/proprietarios-rurais-declaram-15-milhoes-de-hectares-em-terras-indigenas-e-unidades-de-conservacao/>
- CASTRO, Edna (Org.) **Cidades na floresta**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2009.
- COSTA SILVA, R. G; CONCEICAO, F. S. Agronegócio e campesinato na Amazônia brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará. **GEOGRAPHIA (UFF)**, v. 19, p. 54-72, 2017. Link: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/1008>



COSTA SILVA, Ricardo Gilson. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia.

GEOUSP: espaço e tempo, v. 18, p. 298-312, 2014. Link:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84534>

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins** (Paris), v. 23, p. 1-30, 2015.

Link: <http://confins.revues.org/9949>

INCRA. **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. 2017. Link:

<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php/17/05/2017>.

LIMA, L. A. P.; COSTA SILVA, R. G. Cartografia das hidroestratégias na Amazônia brasileira. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.12, n.28, jan./abr. de 2018. pp. 129-142. Link:

<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/4510>

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida. **Território e Gestão Ambiental na Amazônia**: Terras públicas e os dilemas do Estado. São Paulo: Annablume, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos.

Campinas: Papirus, 1990.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2001.

RIBEIRO, A. F. A.; COSTA SILVA, R. G.; SANTOS, J. L.; RODRIGUES, C. B. P. A agenda territorial do agrohidronegócio em tempos de golpe: análise da “nova” lei de terras do Brasil. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 678-698,

2018. Link: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41336>

RIBEIRO, A. F. A.; SILVA, R. G.C.; SANTOS, J. L. Política de regularização fundiária em Rondônia: limitações do Programa Terra Legal e expectativas socioterritoriais. **Confins**

(Paris), v. 29, p. 1-19, 2016. Link: <http://confins.revues.org/11541>



GARANTIA DE ACESSO AOS ALIMENTOS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE:

um olhar sobre o Objetivo 2 dos ODS.

RESUMO: No mundo inteiro muitos seres humanos continuam privados do acesso regular a alimentos básicos. A FAO estima que, hoje, 821 milhões de pessoas passam fome, sendo 39 milhões na América Latina e no Caribe. Práticas de livre comércio desarticulam sistemas alimentares locais e fragilizam o acesso das populações aos alimentos. A preocupação com o combate à fome está refletida nos ODS/Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da ONU. O presente texto destaca a atual situação da América Latina e Caribe quanto às possibilidades de consecução do Objetivo 2 dos ODS, que visa a erradicação da fome no mundo.

Palavras-chave: Combate à fome. Segurança alimentar e nutricional. América latina e Caribe. Globalização.

ABSTRACT: Around the world many humans are not guaranteed access to food. FAO estimates that 821 million people are currently hungry, 39 million of them in Latin America and the Caribbean. Free trade practices undermine local food systems and weaken people's access to food. Concern about the fight against hunger is included in the UN SDG/The 2030 Agenda for Sustainable Development. This text focuses on the current situation in Latin America and the Caribbean regarding the possibilities of achieving Goal 2, which aims end hunger, achieve food security and improved nutrition and promote sustainable agriculture.

Keywords: Fight against hunger. Food and nutrition security. Latin America and the Caribbean. Globalization.

1 INTRODUÇÃO

A permanência de situações de fome crônica e de condições de extrema pobreza entre grande parte da população mundial continua sendo um desafio se coloca de forma urgente e imperativa, para a agenda de debates e de ações efetivas de cada membro da espécie humana. No atual cenário do século XXI, a globalização e a predominância do livre comércio ampliam-se em contraste com uma profunda desigualdade de acesso à riqueza, o que, para muitos indivíduos, significa o comprometimento da própria sobrevivência. As estimativas atuais da FAO (2018) indicam que existem 820,8 milhões de pessoas estão

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada
Internacional de
Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto
2019
Cidade Universitária da UFMA
São Luis, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

subalimentadas ao redor do Planeta. O maior contingente está no continente asiático, com aproximadamente 515 milhões de pessoas, entretanto o maior percentual em relação à população total encontra-se na África, onde cerca de 20% estão subalimentados. A região da América Latina e Caribe tem 6,1% de sua população nessa condição, o que representa 39,3 milhões de pessoas.

Num contexto em que predominam a concepção chamada neoliberal como suporte ideológico do atual momento de globalização, as situações de insegurança alimentar acentuam-se perante as práticas do livre comércio, que os países desenvolvidos impõem aos demais. Grandes corporações controlam elos importantes da cadeia produtiva de alimentos e a utilização das terras agricultáveis dos países não-desenvolvidos é redirecionada para a produção de *commodities* agropecuárias. Os sistemas tradicionais de produção de alimentos acabam sendo enfraquecidos nesse processo, ainda que se possa atribuir sua desarticulação apenas ao avanço das *commodities*. Em diferentes graus de intensidade, esse movimento se observa em todas as regiões periféricas do sistema capitalista e a região da América Latina e Caribe constitui exemplo típico.

No presente texto procura-se destacar que a expansão dos processos de globalização e do livre comércio ocorre num cenário em que são profundas as desigualdades de acesso à riqueza socialmente produzida, sendo que para grande parte da população mundial esse processo representa efetiva privação de meios essenciais à sobrevivência. As ações pela construção de segurança alimentar e nutricional e a garantia de soberania alimentar são condição para emancipação humana, sobretudo nas regiões periféricas.

No tocante ao combate à fome, a atuação de organismos supranacionais e governos locais vem funcionando como uma força compensatória às contradições do capitalismo expressas no funcionamento do livre mercado. Na América Latina e Caribe essa atuação alcançou importantes avanços em direção do objetivo 2 dos ODS, durante algum tempo. Todavia, esses avanços parecem ameaçados a partir da recente ascensão de setores políticos conservadores em países importantes da região.

2 A OCORRÊNCIA DA FOME E A URGÊNCIA DE SEU ENFRENTAMENTO

As quase duas décadas já transcorridas no século XXI tem contribuído para deixar exposta, cada vez mais, as condições do capitalismo. Se considerarmos que, especialmente, a partir da segunda metade do século XX, avanços tecnológicos





incorporados à agricultura elevaram a produtividade do setor, podemos observar que o potencial da produção permitiria o atendimento das necessidades alimentares da população mundial nos dias atuais.

Dados da FAO (2016) indicam que a produção de alimentos *per capita* vem crescendo de forma positivo e constante, especialmente nos países não desenvolvidos, onde se incluem os da África, Ásia e América Latina. Tendo por base o período de 2004-2006, o índice de produção líquida de cereais *per capita*, relativo ao ano de 2013, representou 111,93 em âmbito mundial. Nos diversos continentes, esse índice alcançou os seguintes resultados: Ásia, 118,18; Américas, 111,49; África, 105,92; Europa, 105,49 e Oceania, 102,11. Pondo em destaque produção *per capita* dos cereais no atual século (2000-2013), a FAO (2016) apresenta as seguintes taxas de crescimento: média do mundo – 2.235%; África – 3.319%; Ásia – 2.574%; Américas – 2.288% e Europa- 1.035%.

As taxas de crescimento da população mundial têm se mostrado relativamente discretas nas últimas décadas: 1,46% na última década do século XX e 1,21% na primeira década do presente século. De acordo com informações da ONU (UNITED NATIONS, 2017), a população atual é de 7,550 bilhões de pessoas, assim distribuídas nos continentes: Ásia, 4,504 (59,66%); África, 1,256 bilhão (16,64%); América, 1,006 bilhão (13,33%); Europa, 742 milhões (9,83%) e Oceania, 40 milhões (0,54%).

Importa destacar é que o atual volume físico da produção não parece constituir a principal questão a ser debatida, e sim o controle da produção e da distribuição, que condiciona o acesso e a destinação daquilo que é produzido no mundo. Diversos pensadores colocaram o assunto nesses termos. Um deles é Josué de Castro (CASTRO, 1954), que trabalhou até sua morte, pela compreensão e transformação das condições sociais que geram e reproduzem as situações de fome ao redor do Planeta. Em diversos fóruns internacionais a respeito do chamado “problema alimentar”, particularmente a partir da década de 1980, também foram adotadas perspectivas semelhantes.

Embora se considere que há disponibilidade de alimentos no mundo, sabe-se, porém, que não são as necessidades sociais que controlam a produção e sim os interesses de reprodução do capital, que condicionam tanto o volume da produção quanto sua distribuição, isto é, o acesso dos indivíduos àquilo que é produzido. Assim, as já mencionadas taxas de crescimento da produção de alimentos, ainda que representem maior volume de produção, não resultam em garantia o acesso regular e permanente, que é um requisito da segurança alimentar. Esse acesso é condicionado pelas relações de produção dominantes em cada lugar, as quais determinam a distribuição da riqueza.



De meados do século XX ao momento atual, ocorreram várias crises alimentares no mundo, que afetaram milhões de pessoas em diversos países, mais acentuadamente, Índia, Japão, Argélia, África do Sul, China, Chade, Mali, Mauritânia,⁹ Nigéria, Senegal, Moçambique, Zaire (atual República Democrática do Congo), Etiópia, Somália e Sudão.

Nesse cenário, surgem e se fortalecem, nas instâncias internas de algumas sociedades e no âmbito de organismos supranacionais, concepções de que a fome e a miséria são inaceitáveis para a existência dos seres humanos, o que tem ensejado compromissos e ações de combate à fome e de busca por uma vida digna aos que se encontram em situação de vulnerabilidade. O mais abrangente desses compromissos trata-se da Agenda 2030, das Nações Unidas. Nesse documento, 193 países estabeleceram e se comprometem a trabalhar pela consecução de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assim enunciados no item 3 da declaração:

Nós decidimos, até 2030, acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e de seus recursos naturais. Resolvemos também criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais. (ONU, 2015, p. 2-3)

Esses Objetivos, que são “integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (ONU, 2015, p. 2), estão desdobrados em 169 metas. O Objetivo 2 trata especificamente do combate à fome, nos seguintes termos: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2015, p. 15).

As indicações da situação recente (2017), entretanto, não são muito promissoras, ainda que tenha havido importantes progressos. “Os novos dados seguem indicando um aumento da fome mundial nos últimos anos, depois de um período de diminuição prolongado. Estima-se que 821 milhões de pessoas – aproximadamente, uma em cada nove pessoas – estão subalimentadas” (FAO, FIDA, UNICEF, PMA, OMS, 2018, p. 2). Como já se mencionou, o maior contingente encontra-se na Ásia, onde cerca de 515 milhões de pessoas estão subalimentadas. Esse número corresponde a um percentual de 11,4% da população, uma cifra elevada, porém bem abaixo dos 17,3% de 2005. No

⁹ Livre tradução do trecho: “Los nuevos datos siguen indicando un aumento del hambre mundial en los últimos años, después de un periodo de disminución prolongado. Se estima que 821 millones de personas — aproximadamente, una de cada nueve personas en todo el mundo — están subalimentadas”.



continente africano, são 256,5 milhões. Aqui se revelam os percentuais mais elevados, com cerca de 20% da população, apenas um pouco abaixo dos 21,2% em 2005, mas em termos absolutos é um preocupante acréscimo em relação aos 196 milhões daquele ano. Na Oceania, são 2,8 milhões de pessoas subalimentadas. Nesse continente houve um aumento acentuado em relação ao ano de 2005, tanto em termos absoluto (eram 1,8 milhão) quanto relativos, passando de 5,5% para 7% da população. em Agrupadas em uma região, a América Setentrional (Canadá e Estados Unidos) e a Europa possuem 27,6 milhões de pessoas subalimentadas, que representam menos de 2,5% do contingente populacional, porém os números absolutos tem crescido desde 2005, quando eram 26,4 milhões.

3 AVANÇOS E RECUOS NO COMBATE À FOME NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Atualmente, a região da América Latina e Caribe tem 6,1% de sua população em condição de subalimentação, o que representa 39,3 milhões de pessoas. Apesar de expressivo, esse número é bastante inferior aos 51,1 milhões constatados em 2005, que correspondiam a 9,1% população. No conjunto da região, a queda foi progressiva, conforme se pode observar na tabela 1.

Tabela 1 - Pessoas Subalimentados na América Latina e Caribe - 2005 a 2017 (em milhões)

| | 2005 | 2010 | 2012 | 2014 | 2016 | 2017 |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| América Latina e Caribe | 51,1 | 40,7 | 38,9 | 38,5 | 38,9 | 39,3 |
| Caribe | 9,1 | 8,0 | 7,9 | 7,7 | 7,2 | 7,0 |
| América Latina | 42,1 | 32,6 | 31,0 | 30,8 | 31,7 | 32,3 |
| América Central | 12,4 | 11,6 | 11,9 | 11,6 | 11,0 | 11,0 |
| América do Sul | 21,1 | 19,1 | 19,3 | 19,3 | 20,7 | 21,4 |

Fonte: FAO (2018)

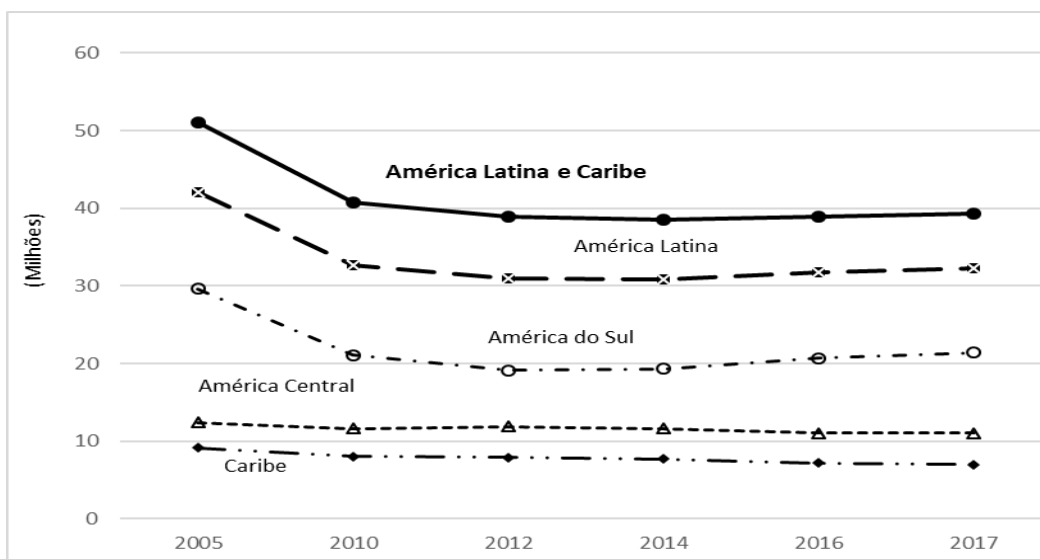
Antes dos estabelecimentos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a FAO destacou que a região da América Latina e Caribe foi onde se verificaram os avanços proporcionais mais significativos, com uma redução de 46% no contingente da população atingida pela fome. América Latina e Caribe tem sido uma das regiões de maior sucesso no combate à fome no mundo. Como um todo, foi a única região que naquele momento

(ano de 2014) atingira a meta 1 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (reduzir a extrema pobreza e a fome) e estava quase atingindo a meta mais ambiciosa da Cúpula Mundial da Alimentação, de reduzir pela metade o número de pessoas que passam fome (FAO, 2014).

No cenário mundial, em termos proporcionais às respectivas populações, os dez países que, então, haviam alcançado maior sucesso na redução do número de pessoas que passam fome foram Armênia, Azerbaijão, Brasil, Cuba, Geórgia, Gana, Kuwait, São Vicente e Granadinas, Tailândia e Venezuela (FAO, 2014).

Observando os detalhes da tabela 1 e do gráfico 1, pode-se perceber que nos dois últimos anos considerados, houve uma interrupção na trajetória de queda, com aumento do número de subalimentados em uma área específica da região: a América do Sul.

Gráfico 1 - Evolução do número de subalimentados América Latina e Caribe (2005 - 2017)



Fonte: FAO (2018)

A situação do Caribe, ainda que o percentual da populacional subalimentada seja elevando, os progressos seguiram bastante significativos ao longo do período: de 23,3% em 2005, reduziu-se para 19,8% em 2010, para 19,3% em 2012, depois caiu para 18,5% em 2014 e prosseguiu reduzindo-se para 17,1% e 16,5%, respectivamente em 2016 e 2017. A América Central, apresentou taxas discretas, porém uma trajetória constante de redução do percentual de subalimentados em sua população. Em 2005, esse contingente



representava 8,4%, descendo para 7,2% em 2010 e 2012 e voltando a cair para 6,8% em 2014, 6,3% em 2016 e atingindo 6,2% em 2017.

Por sua vez, a América do Sul, embora tenha apresentado as proporções mais baixas, seguiu uma trajetória exitosa somente até os anos de 2012 e 2014, quando atingiu 4,7%. Entre os dois primeiros anos considerados, o resultado foi bastante expressivo, partindo de 7,9% em 2005 e atingindo 5,3% em 2010, com uma queda de 2,6 pontos percentuais ou um terço do valor inicial. Em 2016, esse percentual passou a aumentar, chegando a 4,9% e continuou subindo para atingir 5% em 2017, números que correspondem a 20,7 milhões e 21,4 milhões de pessoas, respectivamente.

A América Latina e Caribe, como um todo, vem indicando boas possibilidades de que a Objetivo 2 dos ODS seja cumprindo até o ano de 2030. No entanto, a situação dos países da América do Sul merece atenção especial. Devemos considerar que grande parte dos avanços se deve à representatividade do Brasil no contexto da região, sobretudo em termos do tamanho da população e das políticas públicas de combate à fome que foram implementadas a partir de 2003. Além disso, alguns países da região contavam com governos progressistas, que se empenharam, por exemplo, em reduzir desigualdades sociais, erradicar o analfabetismo e combater a fome, mesmo antes de assumirem compromisso internacionais como os que estão expressos na agenda 2030, da ONU.

Foi nesse contexto, por exemplo, que surgiram os frutos de um intenso movimento da sociedade civil no Brasil, de combate à pobreza e de busca de um ambiente social, econômico e político propício à segurança alimentar. Uma vez que as demandas da sociedade alcançaram a agenda pública, os avanços no âmbito do Estado em direção à superação da fome tornaram-se possíveis pela articulação da rede de proteção social com políticas de estímulo à agricultura familiar, para proporcionar a geração de emprego, renda e produção de alimentos no campo. A implementação de políticas públicas destinadas a intervir nas fragilidades da agricultura familiar, como o financiamento, adequação tecnológica e comercialização, tem impulsionado a produção e, através dos chamados mercados institucionais, vem garantindo que a produção chegue até os consumidores finais, especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A partir de meados da segunda década do século XXI, o fenômeno de ascensão de forças conservadoras e comprometidas, prioritariamente, com interesses privatistas, com a desregulamentação da economia e com o chamado livre mercado, vem atingindo fortemente a região. Efeitos desse movimento, ao que parece, já se fazem sentir nos dados sobre acesso da população aos alimentos.



4 CONCLUSÃO

O mais recente relatório da FAO sobre a América Latina e Caribe já nos acende um alerta, ainda que não entre diretamente na identificação das causas. “Os indícios do aumento da fome e da insegurança alimentar nos advertem de que é muito o que resta por fazer para assegurarmos de ‘não deixar ninguém pra trás’ no caminho para a consecução de um mundo com fome zero” (FAO, FIDA, UNICEF, PMA, OMS, 2018, p. 2)¹⁰.

Contudo, não nos parece que a questão seja apenas de mais ou de menos esforços de quem se compromete com a redução da miséria e da fome. A interrupção da trajetória de êxitos no combate à fome na América do Sul coincide com a mencionada ascensão de forças conservadoras na América do Sul. O alinhamento geopolítico dessas indicam um retorno a antigas posições da região permissivas aos interesses das grandes corporações e, portanto, de uma inserção subalterna no circuito de acumulação do capital em escala global.

Esse entendimento é radicalmente contrário ao direcionamento que os governos progressistas da região vinham implementando em termos de prioridade internas e de políticas externas. Medeiros (2016) destaca que a cooperação Sul-Sul que os países do grupo conhecido como BRICS vinham desenvolvendo se colocava como uma alternativa real aos termos da tradicional cooperação Norte-Sul. Obviamente, essa possibilidade passa a ser encarada como uma ameaça aos interesses hegemônicos no jogo de poder mundial.

Os efeitos desses redirecionamentos ainda estão por se mostrar de forma mais aprofunda. Porém, por se tratar de uma realidade conhecida há 500 anos pela região, pode-se antever um aprofundamento do controle das cadeias produtivas dos alimentos pelas grandes corporações. Nesse cenário, o uso das terras agricultáveis será dado pelas oscilações do interesse dos países desenvolvidos por determinado tipo de *commodity* agropecuária. Ora serão as flores, o café, a soja, o milho, o dendê, ora serão as proteínas de origem animal. A realidade, no entanto, será a mesma: os países da região como fornecedores de matérias para o funcionamento do sistema mundial, em posição de economias dependentes, uma reconfiguração da condição colonial. Nessa realidade, as condições materiais para avanços em direção a um mundo com “fome zero” parecem pouco desfavoráveis.

¹⁰ Livre tradução do trecho: “Los indicios del aumento del hambre y la inseguridad alimentaria nos advierten de que es mucho lo que resta por hacer para asegurarnos de ‘no dejar a nadie atrás’ en el camino hacia la consecución de un mundo con hambre cero”.

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto
2019

Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

REFERÊNCIAS

CASTRO, J. A. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1954.

FAO. Statistic Division. **Production índices 2016**. Disponível em: <http://faostat3.fao.org/browse/Q/QI/E>. Acesso em: 10/01/2019.

FAO. **The state of the food insecurity in the word**. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>. Acesso em: 19/02/2019

FAO, FIDA, UNICEF, PMA y OMS. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. FAO, Roma, 2018.

FAO, OPS, WFP y UNICEF. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2018**. Santiago, 2018.

MEDEIROS, K. Novos modelos de desenvolvimento e cooperação internacional no século XXI: diplomacia social e consenso de Pequim, Brics e multi-alinhamento. Disponível em: <http://obs.org.br/integracao/1086-novos-modelos-de-desenvolvimento-e-cooperacao-internacional-no-seculo-xxi-diplomacia-social-consenso-de-pequim-brics-e-multi-alinhamento>. Acessado em 20/8/2016.

ONU. **Transformando no mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova Iorque, 2015. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf. Acesso em: 20/04/2019.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World population 2017**. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2017 Wallchart.pdf>. Acesso em: 08/12/2018.





PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM GRANDE ESCALA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: expropriação ou barbárie!

RESUMO: O título deste artigo nos remete para uma das expressões da barbárie capitalista: a degradação ambiental promovida por grandes grupos empresariais. Neste caso, destacam-se impactos decorrentes da produção de bens agrícolas em larga escala. Na primeira parte, resgatam-se reflexões acerca da relação capitalismo e natureza, e de como a mesma se expressa no padrão de desenvolvimento desigual e combinado. Na segunda parte, analisam-se expressões do controle oligopolista na produção de fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes. Na terceira parte, apresentam-se exemplos de consequências da produção de eucalipto e soja. Identificou-se que a dinâmica produtiva nos locais pesquisados é incompatível com a noção genérica de desenvolvimento sustentável, segundo a qual as atuais gerações devem produzir considerando necessidades das gerações futuras. Em vez disso, identificaram-se tendências de destruição de ecossistemas. Nesse contexto, conclui-se que é necessária uma radical mudança de rumo, inclusive com expropriação dos grandes grupos, a fim de que não se aprofunde a barbárie capitalista sobre o meio ambiente.

Palavras-chave: produção agrícola; degradação ambiental; oligopólios; soja; eucalipto.

ABSTRACT: The title of this article refers to one of the expressions of capitalist barbarism: the environmental degradation promoted by large business groups. In this case, there are impacts resulting from the production of agricultural goods on a large scale. In the first part, some reflections on the relationship between capitalism and nature, and how it is expressed in the pattern of uneven and combined development, are rescued. In the second part, expressions of oligopolistic control in the production of fertilizers, agricultural pesticides and seeds are analyzed. In the third part, examples of consequences of the production of eucalyptus and soybean are presented. It was identified that the productive dynamics in the sites surveyed is incompatible with the generic notion of sustainable development, according to which the current generations must produce considering the needs of future generations. Instead, trends have been identified directed to the overall destruction of ecosystems. In this context, it is concluded that a radical change of direction is necessary, even with the expropriation of the large groups, in order that capitalist barbarism on the environment is not deepened.

Keywords: agricultural production; ambiental degradation; oligopolies; soy; eucalyptus.

1 INTRODUÇÃO

Indo ao encontro do tema geral da IX JOINPP, que reapresenta o grande dilema para a humanidade colocado por Rosa Luxemburgo, entre civilização ou barbárie, este artigo trata de uma das expressões de barbárie no capitalismo contemporâneo: a degradação ambiental decorrente da produção agrícola em larga escala. Como procuramos ressaltar, além de históricos problemas relacionados à latifundiarização e ao desordenamento territorial em diversas comunidades, as produções de soja e eucalipto, por exemplo, dependem do uso de grande quantidade de fertilizantes e defensivos agrícolas, e provocam profundos danos a diversos ecossistemas.



Apesar de se tratar de fato amplamente conhecido, essa questão continua sendo importante na medida em que apesar de existirem vários estudos alertando para os problemas associados a esse padrão produtivo, ainda não há evidências de intervenções estatais para tentar enfrenta-los. Em vez disso, o que se observa em diversos países é que os governos têm estimulado essas produções de forma inconsequente, geralmente com o pretexto de que as mesmas podem favorecer o crescimento econômico no curto prazo. Diante dessa constatação, articulou-se o presente texto em três partes.

Na primeira parte, busca-se demonstrar o fundamento essencial da inércia ou conivência dos governos diante da degradação ambiental decorrente da produção agrícola em grande escala. Nesse sentido, com base em contribuições de autores que analisaram a agricultura no capitalismo, demarcamos algumas tendências relacionadas às possibilidades de aumento da oferta de bens agrícolas a partir do uso de maquinarias, defensivos e fertilizantes. Já na segunda parte, mostramos expressões do poder das grandes empresas desses ramos industriais, e porque há interesse das mesmas em um contínuo aumento da produção em grande escala. Ou seja: a primeira e a segunda parte se complementam, e têm o sentido de demonstrar que a produção agrícola em grande escala tem determinantes pelo lado da demanda e pelo lado da oferta. Principalmente oferta de produtos voltados para a agricultura.

Na terceira parte, com base em pesquisa coordenada pelo autor, mostram-se evidências do poder de algumas das empresas anteriormente mencionadas, e de prováveis danos ambientais provocados pelas mesmas, de forma direta ou indireta, nos processos produtivos de soja e de eucalipto. Por fim, a partir das exposições feitas nos três tópicos seguintes, apresenta-se uma conclusão que vai no rumo da proposta de Rosa Luxemburgo.

2 O AMBIENTE COMO TOTALIDADE E A TENDÊNCIA DE DEGRADAÇÃO DA NATUREZA NO CAPITALISMO

Ao se tratar da possibilidade de uso adequado de recursos naturais, uma importante noção inicial para o debate que propomos é a de ecossistema, que considera “os animais e as plantas em grupos, juntos com os fatores físicos dos seus arredores, como um sistema ecológico fundamental” (RICKLEFS, 1993, p. 85). Conforme esse conceito, um elemento importante é o fluxo de energia no referido sistema, que envolve desde o que é considerada a produção primária pelas plantas até a dinâmica da cadeia alimentar.



No mesmo rumo de Ricklefs (1993), Marx e Engels destacaram a importância de perceber os sistemas como totalidades e, em especial, a relação metabólica entre os seres humanos e a natureza (FOSTER, 2005). No caso do primeiro autor, foi observado que:

O homem é imediatamente ser natural. Como ser natural, e como ser natural vivo, é, em parte, dotado de forças naturais, de forças vitais, é um ser natural ativo (...). Porém o homem não é apenas ser natural mas também ser natural humano, isto é, ser existente para si mesmo (...) e a natureza não está nem objetiva nem subjetivamente disponível ao ser humano de maneira adequada e imediata (MARX, 2017, p. 269-271).

Portanto, com o avanço do capitalismo os seres humanos foram tentando cada vez mais moldar a natureza segundo suas conveniências. Ou, para ser mais preciso, as conveniências relacionadas à acumulação de capital. Nesse contexto, Engels (1979) destaca a apropriação utilitarista dos recursos naturais no capitalismo e suas consequências, que algumas vezes podem ser drásticas. Para ilustrar a situação, por exemplo, descreveu o seguinte fato:

Os italianos dos Alpes, quando devastaram, na sua vertente Sul, os bosques de pinheiros, tão cuidadosamente conservados na vertente Norte, nem sequer suspeitavam que, dessa maneira, estavam arrancando, em seu território, as raízes da economia das granjas leiteiras; e menos ainda suspeitavam que assim estavam eliminando a água das vertentes da montanha, durante a maior parte do ano e que, na época das chuvas, seriam derramadas furiosas torrentes sobre as planícies (ENGELS, 1979 p. 224).

Ao tratar de causas de extinção de espécies, Primack (2001) também ressalta a fragmentação do habitat, as poluições da água e do ar e a superexploração de determinados recursos naturais enquanto alguns de seus fatores determinantes. Na verdade, o crescimento econômico no capitalismo é gerador de imensa riqueza (obviamente distribuída de forma desigual), mas também de graves problemas sociais e ambientais. Ao tratar da relação entre grande indústria e agricultura nos primeiros momentos do capitalismo, por exemplo, Marx (1985) concluiu que:

Assim como na indústria citadina, na agricultura moderna o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são conseguidos mediante a devastação e o empastamento da própria força de trabalho. E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas, ao mesmo tempo, na arte de saquear o solo; pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é, simultaneamente, um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade (MARX, 1985, p.102).

Anos mais tarde, essa mesma tendência foi identificada por Kautsky (1980), que avaliou que o aumento da produtividade agrícola poderia se dar ao custo de “uma completa esterilidade do solo” (KAUTSKY, 1980, p. 148). Como veremos adiante, ratificando a tendência observada pelos dois autores, para aumento da produtividade da



soja, por exemplo, é imprescindível o uso de altíssimos volumes de sementes transgênicas, fertilizantes e pesticidas, que agridem os arredores e, em alguns casos, destroem sistemas de forma irreversível. Como saída, de acordo com Mézaros (2002, p. 988):

Marx compreendeu perfeitamente (...) que uma reestruturação radical do modo prevalecente de intercâmbio e controle humano é o pré-requisito necessário para um controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutiva precisamente em virtude do modo prevalecente, alienado e reificado de intercâmbio e controle humanos.

Por outro lado, além desse aspecto geral, verifica-se uma desigualdade entre os países em termos de degradação ambiental associada a determinados sistemas produtivos. No caso das empresas metalúrgicas e siderúrgicas, por exemplo, é fato amplamente conhecido que os grandes grupos econômicos têm padrões diferenciados de produção, conforme estejam em países centrais ou periféricos. Nesses últimos, em função do desaparecimento ou negligência consciente dos governos, registram-se maiores níveis de poluição ambiental e menor monitoramento pelos órgãos estatais.¹¹

Da mesma forma, nas produções agrícolas em países periféricos é comum que sejam usados produtos já proibidos em países centrais. Um exemplo, nesse caso, é o intenso uso de herbicidas à base da substância glifosato, principalmente por meio do produto conhecido comercialmente como Roundup, patenteado pela empresa Monsanto. No Brasil, aliás, esse produto representa mais de 30% das vendas dos ditos defensivos (IBAMA, 2017). Essa situação nos encaminha para refletir sobre o poder dos grandes grupos econômicos no ramo da produção industrial voltado para a agricultura. Faz-se isso no tópico seguinte.

3 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA E O PAPEL DOS GRANDES GRUPOS CAPITALISTAS

Ratificando Marx (1985), principalmente nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, a produção agrícola em grande escala passou a ocorrer intrinsecamente ligada à indústria agroquímica. Embora possamos identificar determinantes específicos, pode-se afirmar que essa dinâmica decorreu essencialmente de necessidades relacionadas à acumulação de capital por parte de grandes grupos econômicos europeus e dos Estados Unidos.

¹¹ Um caso simbólico é o que acontece na comunidade Pequiá de Baixo, no município de Açailândia, no estado do Maranhão. Lá, literalmente, como consequência da produção do chamado ferro-gusa, podemos ver o ar que respiramos. Além disso, o número de óbitos em função de doenças respiratórias e de pele é muito maior que a média nacional. Mesmo assim, não há nenhum monitoramento sistemático das condições ambientais pelo poder público e muito ações sistemáticas e contínuas para enfrentar o problema.

**CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade**



**IX Jornada
Internacional de
Políticas Públicas**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto 2019
Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

Portanto, paralelamente às oportunidades de negócios em função da demanda por alimentos e por certas matérias-primas, verificaram-se interesses capitalistas pelo lado da oferta, principalmente no setor industrial. Nesse contexto, consolidou-se o que ficou conhecido como “revolução verde” – expressão, aliás, ideológica e inadequada para captar a essência do fenômeno caracterizado, sobretudo, pela demonstração de poder da indústria química e por processos que levam ao aumento da produtividade agrícola no curto prazo às custas de profundos prejuízos a diversos ecossistemas.

Além da indústria química, que passou a ocupar a centralidade da cadeia produtiva, identificam-se interesses de empresas produtoras de máquinas agrícolas, grupos financeiros interessados em financiar montagem de infraestruturas e aquisição de equipamentos, insumos e terras e grupos diretamente vinculados ao desenvolvimento de novas tecnologias de interesse dos industriais envolvidos na produção agrícola em grande escala. Esses diversos grupos, evidentemente, passaram a estabelecer profunda articulação entre si, em alguns casos chegando a fazer composições formais, e passaram também a ter os mesmos interesses políticos, manifestados em reivindicações aos governos.

Obviamente, o grau de alinhamento dos governos aos interesses dos grandes grupos tem variado no tempo e no espaço, mas se pode afirmar que nos países periféricos predomina uma subordinação muito maior do que a verificada nos ditos países mais desenvolvidos, e que em todos os países houve um aumento do poder dos grandes grupos capitalistas na fase de hegemonia do pensamento neoliberal, a partir da segunda metade da década de 1980. Evidentemente, as supostas “instituições multilaterais” (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio) têm suas decisões balizadas fundamentalmente em função de interesses dos grandes conglomerados, expressos de forma direta ou por meio dos governos dos Estados Unidos, Japão, alguns países europeus e, cada vez mais, pelo governo chinês.

Atualmente, dentre as expressões do poder dos grandes grupos vinculados de forma direta ou indireta à produção agrícola em grande escala, pode-se destacar a estrutura voltada para a produção de soja, também aproveitada em outras culturas. No centro dessa estrutura, controlando mais de 70% do mercado mundial, destacam-se os grupos Bayer (Alemanha), Syngenta (Suíça), BASF (Alemanha), Dow AgroSciences (E.U.A.), Monsanto (E.U.A) e DuPont (E.U.A.). Por lado, como demonstram Lessa (2018) e Pinheiro (2019), esses grupos possuem profundas ligações entre eles, com grupos menores e com o ramo da produção de sementes transgênicas, no qual o grupo Monsanto tem amplo domínio.



No Brasil, conforme destacado por Lessa (2018), o poder desses grupos tem se expressado por meio de várias mudanças institucionais para proteger suas propriedades físicas e suas patentes¹². Para essa finalidade, “as estratégias das empresas, além da judicialização, têm sido exercer, mediante lobby, influência sobre parlamentares e gestores como forma de pressionar as políticas de Estado” (CARNEIRO, 2015, p. 109). Como consequência, registram-se incentivos nos âmbitos federal e de alguns estados em termos de redução de alíquotas no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), na autorização pelo governo do comércio de vários produtos proibidos em outros países e no Projeto de Lei 6.299/02, que pretende flexibilizar ainda mais o uso de agrotóxicos.

Outra expressão do poder dos grandes grupos transnacionais no Brasil é o nível de crescimento das vendas de fertilizantes e defensivos agrícolas, conforme mostrado nos gráficos 1 e 2.

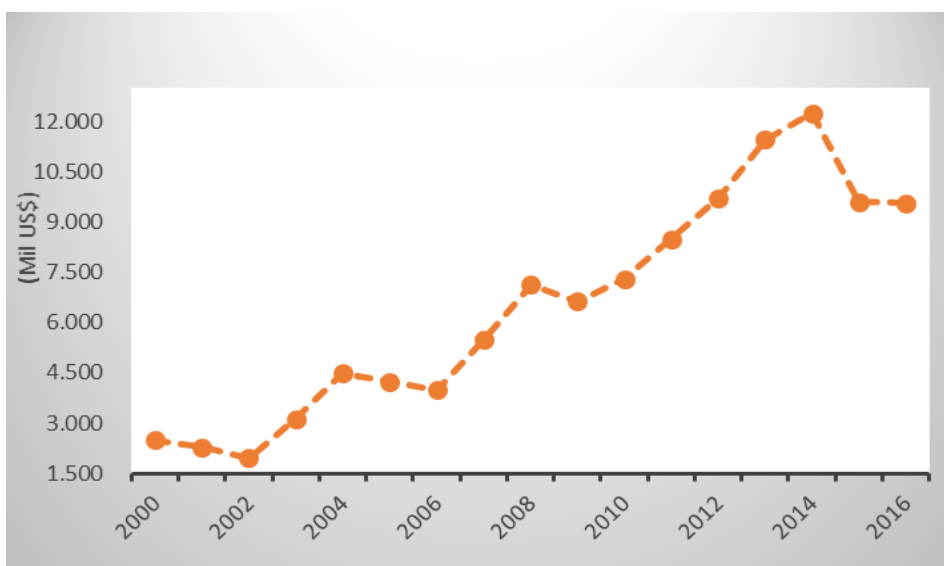


Gráfico 1: Vendas de defensivos agrícolas no Brasil: 2000 a 2016.
Fonte: MAPA, 2017.

¹² Ressalte-se, de passagem, que o Ministério da Agricultura no Brasil sempre foi ocupado por pessoas ligadas às estruturas latifundiárias voltadas para a agricultura e a pecuária, mesmo nos governos pretensamente do campo popular. No Governo Bolsonaro, como é amplamente conhecido, o cargo passou a ser ocupado por Tereza Cristina da Costa Dias, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, não por acaso conhecida como a “musa do veneno”.

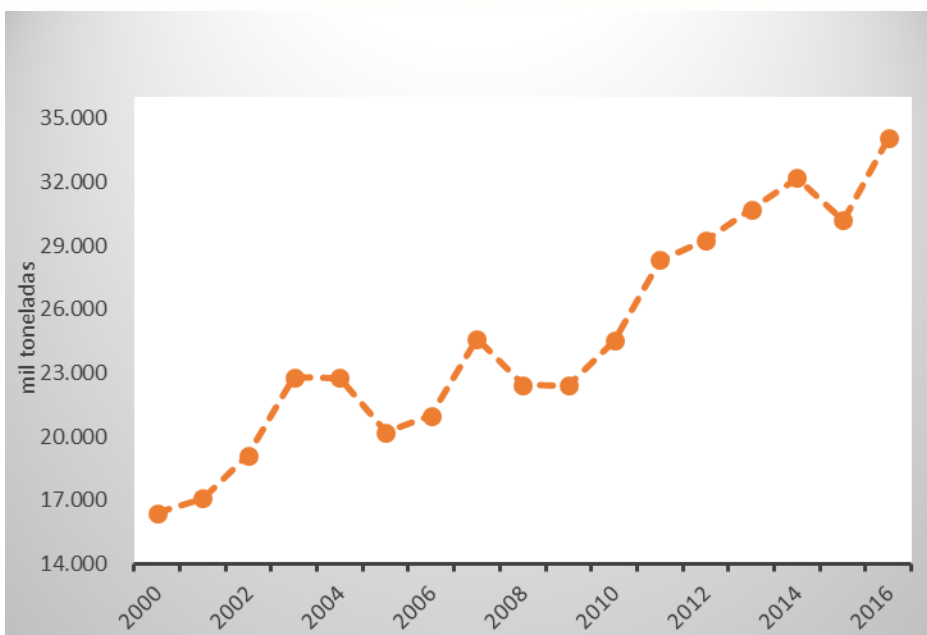


Gráfico 2: Vendas de Fertilizantes no Brasil: 2000 a 2016.
Fonte: MAPA, 2017.

De 2000 a 2014 as vendas de defensivos agrícolas (inseticidas, herbicidas, fungicidas) aumentaram 490%. Enquanto isso, as vendas de fertilizantes cresceram 208% do ano 2000 a 2016. Essas vendas têm sido destinadas principalmente a monoculturas, com destaque para as produções de soja e eucalipto. Como veremos no tópico seguinte, há fortes indícios de que esse salto nas vendas também pode ser associado a profundos e talvez irreversíveis danos a ecossistemas em partes da Amazônia e do Cerrado no Brasil.

4 – CULTIVO DE SOJA E EUCALIPTO E SUAS CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS

Como desdobramento do salto na demanda por soja em âmbito mundial, que mais que duplicou desde o início deste século até 2017, verificou-se uma substancial expansão da área destinada ao plantio dessa cultura nas áreas de cerrado e em parte da Amazônia no Brasil. Nesse contexto, o município de Balsas, no estado do Maranhão, tornou-se um dos ícones desse processo.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), de 1991 a 2014 a área com plantação de soja em Balsas teve um aumento da ordem de 3.735%. A partir do início deste século o crescimento foi mais acelerado, e em 2004, por exemplo, registrou-se uma produção de 262.980 toneladas, em uma área de 97.400 hectares. Em 2017, a produção anual foi de 505.289 toneladas, em uma área total de 187.144 hectares (IBGE, 2019). Por outro lado, a produtividade nesse município tem ficado



abaixo da média brasileira. Na safra 2016/2017, por exemplo, a média no Brasil foi de 3.362 kg por hectare. No caso de Balsas, tanto em 2004 como em 2017, a produtividade média foi de apenas 2.700 kg. Infere-se, portanto, que para o aumento da produção neste município o principal determinante tem sido a incorporação de novas terras, predominando um crescimento do tipo extensivo.

Contudo, paralelamente à incorporação de mais terras para produção de soja em Balsas, verificou-se um progressivo aumento no uso de defensivos agrícolas e fertilizantes. Embora não tenhamos identificado informações precisas para o nível dos municípios no Brasil, podemos fazer inferências com base nos dados para o nível dos estados. No Maranhão, por exemplo, de acordo com dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2017), no ano 2000 foram importadas 928 toneladas de produtos com agrotóxicos. Em 2016, a importação chegou a 10.665 toneladas. Isso significou também que o Maranhão aumentou sua participação nesse mercado nacional no período de 0,57% para 1,98%. A maior parte dessas importações destinou-se a municípios da Mesorregião Sul do estado, onde estão localizadas as maiores estruturas produtivas.

Por outro lado, além do comércio formal de agrotóxicos, há indícios de que um volume significativo desses produtos circule, seja armazenado e tenha uso indevido, como foi constatado em operações da Agência de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED, 2017). Dessa forma, como provável consequência do uso de agrotóxicos no cultivo de soja, registram-se indícios de contaminação de solos e rios no município de Balsas, conforme se verificou em diversas matérias jornalísticas sobre o problema na região.

Enquanto isso, em municípios da Mesorregião Oeste do estado do Maranhão, constatou-se que a produção agrícola em larga escala é principalmente de eucalipto, a fim de abastecer empresas produtoras de ferro gusa no município de Açailândia e a empresa Suzano Papel e Celulose, no município de Imperatriz. Segundo Ribeiro Júnior (2014, p. 145):

A Suzano fragmentou os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), bem como os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) para obter as licenças necessárias buscando anuviar assim a conexão que existe entre os plantios florestais (No Maranhão e Tocantins), plantas industriais (no Piauí e Maranhão), eixos rodoferroviários no Maranhão e terminal portuário em São Luís. [...] Essa fragmentação dos projetos de desenvolvimento (monoculturas, plantas industriais, eixos rodoferroviários e terminal portuário) é uma estratégia de mascaramento de impactos socioambientais em cadeia; impactos esses decorrentes da utilização de agrotóxicos, venenos, açambarcamento de terras, poluição de corpos hídricos (rio, riachos, córregos, lagos, lagoas).

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20^a a 23 agosto
2019

Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

Pelo que podemos constatar em pesquisa de campo, a presença da Suzano em Imperatriz está levando a um eufórico movimento de arrendamento de terras em Açailândia e municípios vizinhos. Para muitos ex-criadores de gado e outros proprietários que têm a terra como reserva de valor está se mostrando extremamente vantajoso arrendar suas terras para plantação de eucalipto. Todavia, assim como na região produtora de soja, a expansão dessa cultura está sendo acompanhada por desmatamentos e poluição por conta do uso de defensivos agrícolas.

Próximo a Açailândia, no Lago Marcelininho, no assentamento Asa Branca, no município de São Pedro da Água Branca, por exemplo, identificou-se um riacho usado para pesca e lazer dos moradores da região que fica localizado a menos de 500 metros (em uma parte mais baixa) de uma imensa plantação de eucalipto para abastecimento da Suzano. De acordo com depoimentos dos moradores, além dos mesmos estarem sofrendo restrições para que se movimentem por áreas que historicamente usavam para caçar e pescar, perceberam uma redução na quantidade de espécies de peixes, e acreditam que essa situação pode estar associada ao uso de agrotóxicos nas plantações. Embora não tenhamos identificado ações de nenhum representante do poder público federal, estadual ou municipal para averiguar a situação, pela topografia do terreno consideramos que a desconfiança dos moradores tem total sentido e deve ser investigada. Não fazer isso pode estar sendo uma forma de conivência dos poderes constituídos com um crime ambiental.

Na verdade, nos quatro municípios do extremo-oeste maranhense (São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, Cidelândia e Açailândia) constatamos a existência de latifúndios destinados à produção de eucalipto. Quase todos eles estão situados próximos a riachos ou de áreas ainda com restos de vegetação primária, e fazem intenso uso de agrotóxicos, colocando em risco a circulação de pessoas e animais após a aplicação dos mesmos, como destacado na fotografia 1:

organização



patrocínio





Fotografia 1: Uso de agrotóxicos em plantação de eucalipto no Maranhão.
Fonte: autoria própria (2018)

De acordo com uma profissional consultada pela pesquisa, embora as amostras de água e terra retiradas do local não tenham permitido um laudo conclusivo, há indícios de contaminação por glifosato, que é o princípio ativo do referido herbicida. Sobre o mesmo há divergências na literatura científica quanto a seus efeitos, mas em alguns países a Monsanto tem sido processada por problemas associados ao seu uso, e em alguns ele está proibido. Na França, por exemplo, o Roundup é proibido em função de indícios de que o mesmo pode estar associado ao aumento de câncer.

5 CONCLUSÃO

Já nos primeiros momentos do início da fase monopolista do capitalismo foi ficando evidenciado que o aumento da produtividade agrícola nas produções em grande escala geralmente tem por consequência algum grau de degradação ambiental. Essa tendência ficou ainda mais explícita a partir da chamada “revolução verde”, que possibilitou o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas de origem agrícola, mas também levou ao progressivo aumento do poder político e econômico dos grandes grupos produtores de máquinas, herbicidas, fertilizantes e sementes.

Apesar do aumento da população mundial implicar no aumento da demanda por alimentos, e conseqüentemente, no estímulo ao incremento da oferta, é evidente que para alguns produtos determinados, com destaque para a soja, o aumento da oferta também é determinado por outros fatores. Enquadrando-se na lógica de acumulação capitalista



identificada por Marx (1985), as necessidades de financiar processos produtivos e de vender fertilizantes e agrotóxicos, por exemplo, faz com que alguns grupos vinculados à produção agrícola em larga escala não apenas induzam o consumo de suas mercadorias, mas, em alguns casos, tornem os consumidores dependentes das mesmas.

No caso da produção de soja, por exemplo, as produções de sementes e agrotóxicos estão praticamente vinculadas, fazendo com que os produtores agrícolas fiquem de certo modo subordinados aos interesses de grupos empresariais da indústria química. Por outro lado, apesar de discursos em sentido contrário, nem os grandes produtores, nem os grandes industriais e, na maior parte dos casos, nem os governos, parecem estar efetivamente preocupados com os danos ambientais provocados por esse padrão produtivo. De fato, não é por falta de informações ou de desenvolvimento tecnológico que vários dos grandes problemas ambientais são sequer amenizados. Na verdade, dentro de uma lógica estúpida na qual vale mais o crescimento econômico a qualquer preço, e, no caso de alguns países, exportar *commodities* agrícolas é o que importa, essas questões simplesmente não são priorizadas.

Nesse contexto, na medida em que é improvável que os grandes grupos econômicos mudem seus posicionamentos a não ser a partir de forte pressão por parte de setores prejudicados, não resta outra alternativa a não ser realmente estimular a organização e o enfrentamento do mal pela raiz. Em outros termos, ratificando as análises dos grandes críticos do modo de produção capitalista, concluímos ser necessário que esses grupos deixem de ter o atual nível de autonomia e protagonismo e passem a ter controle social. Portanto, retomando o título deste artigo, há dois caminhos conflitantes: expropriação ou barbárie.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, F. F. (Org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ENGELS, F. **A Dialética da Natureza**. Coleção Pensamento Crítico, v. 08. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FOSTER, J.B. **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



IBAMA. **Relatórios de comercialização de agrotóxicos**. Boletim 2017.

Disponível em << <http://www.ibama.gov.br/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos#boletinsanuais>>>. Acesso em 17 abr. 2019.

IBGE. IBGE cidades. Balsas. **Produção agrícola**. Lavoura temporária. Disponível em << <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/balsas/pesquisa>>>. Acesso em 16 abr. 2019.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LESSA, Natalie Coelho. **Novo constitucionalismo latino-americano e soberania alimentar**: reflexões sobre Brasil, Equador e Bolívia. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Salvador, UFBA, 2018.

MAPA. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas e Dados Básicos de Economia Agrícola**. Secretaria de Política Agrícola. Departamento de Economia Agrícola. Brasília, 2017.

MARANHÃO (2017). Agência Estadual de Defesa Agropecuária no Maranhão (AGED). **Fiscalização da Aged apreende agrotóxicos vencidos e clandestinos em Balsas e Fortaleza dos Nogueiras**. Disponível em << <http://www.aged.ma.gov.br/fiscalizacao-da-aged-apreende-agrotoxicos-vencidos-e-clandestinos-em-balsas-e-fortaleza-dos-noqueiras>>>. Acesso em 17 abr. 2019.

MARX, K. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1, v.2. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 {Os Economistas}.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2017.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

PINHEIRO, E. S. **Imperialismo a a cultura da soja**: a experiência boliviana no início do século XXI. Dissertação de mestrado. PPGDSE/UFMA. São Luís, UFMA, 2019.

PRIMACK, R. B. **Biologia da conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001.

RIBEIRO JÚNIOR, J. A. S. **O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão** (2014). Disponível em:
www.teses.usp.br/teses/.../8/.../2014_JoseArnaldoDosSantosRibeiroJunior_VOrig.pdf.
Acesso em 05 de fevereiro de 2017.

RICKLEFS, R. **A economia da natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1993.



AS EXPRESSÕES DO TRABALHO PRECÁRIO NA CADEIA PRODUTIVA DA

MINERAÇÃO: articulação entre o local, o regional e o global

RESUMO: Neste artigo, procuro contribuir para uma abordagem crítica das múltiplas e contraditórias faces do processo de ocupação da Amazônia (Maranhão incluso), as novas formas de acumulação no espaço regional, e a dinâmica que articula o local e o global em um contexto marcada pela intensa imbricação entre mineração e trabalho precário.

Palavras-chave: Novas formas de acumulação. Mineração. Trabalho precário.

ABSTRACT: In this article, I try to contribute to a critical approach to the multiple and contradictory faces of the occupation process of Amazonia (Maranhão included), the new forms of accumulation in the regional space, and the dynamics that articulate the local and the global in a context marked by the intense imbrication of mining and precarious work

Keywords: New forms of accumulation. Mining. Precarious work

1 INTRODUÇÃO

Na atual divisão internacional do trabalho, grandes empresas com suas unidades produtivas implantadas em espaços econômicos periféricos se conectam aos esquemas globalizados de economia de escala. A articulação funcional é o do uso do território, espaço com áreas definidas onde são desenvolvidas diversas atividades industriais interligadas extração de minério, plantio de eucalipto e carvão vegetal para a produção de ferro gusa. O Maranhão apresenta um importante aspecto desse processo concreto de desenvolvimento capitalista dependente, indissociável da exploração de minério de ferro e de outras atividades primárias que se vinculam estreitamente a construção de ferrovias refinarias, hidroelétricas, estradas, portos modernos e os outros dispositivos indispensáveis a expansão do grande capital (Almeida 2015).

Neste artigo, analiso as novas formas de acumulação no espaço regional, intensificada pela imbricação entre mineração e trabalho precário. Os fatos confirmam. As novas formas de acumulação, levado a cabo pelo projeto Ferro Carajás (VALE) e o Projeto



do alumínio (ALUMAR) reafirmam, desde que foram inaugurados a relação do Brasil com o sistema financeiro internacional.

Segundo Castro (2012), as estratégias governamentais e empresariais voltadas para a Amazônia, no Brasil, revelam o aumento do interesse pela exploração dos recursos naturais da região para além de suas fronteiras políticas. A Pan-Amazônia ocupa, uma posição central na geopolítica brasileira. Por outro lado, os Estados nacionais vizinhos na região amazônica também se movimentam economicamente na expansão da fronteira, que é concebida como um espaço estratégico e um campo aberto à produção de *commodities* com a vantagem competitiva de facilidade de escoamento para o mercado mundial. Internamente, no Brasil, esse processo reconfigura o mercado de trabalho regional, com: a) geração de emprego nas empresas de produção de ferro-gusa e em indústrias auxiliares (manutenção dos altos-fornos, fabricação de carrocerias para transporte de carvão vegetal, etc.) e, b) criação de postos de trabalho na atividade de carvoejamento com atividades amplamente precarizadas no âmbito da cadeia produtiva da mineração, normalmente, preenchidas por grupos de trabalhadores vulneráveis.

Concorreu, inicialmente, para a implantação destas indústrias a existência, nos anos 1980, de políticas de incentivo fiscal e creditícias levadas a cabo pelo Estado nacional brasileiro e implementadas no âmbito do extinto Programa Grande Carajás (Monteiro, (2004). Empreendimento que movimentou um esquema institucional pesado, envolvendo recursos financeiros e políticos do governo federal e a articulação das oligarquias locais. Emergia nos anos 1980, um padrão de desenvolvimento, baseado em grandes projetos, enclaves, desvinculados das questões regionais locais. É importante lembrar que no período anterior (1950- 1970), o Maranhão, era supridor de alimento (arroz, principalmente) e passava a competir mercado nacional, (ainda que de maneira desigual) no recém capitalismo industrial, recém inaugurado, nos anos JK que se desenvolvia no centro-sul do país. A era Carajás não muda esse quadro secundário, de mero exportador de matéria-prima, a diferença é que agora o Maranhão torna -se exportador de *commodities minerais e agrícolas*.

2 O CICLO ECONÔMICO ENCLAVISTA

Com o esgotamento do milagre econômico (1973), o Maranhão voltava a se integrar na estratégia dos militares para solucionar a crise brasileira. A solução adotada foi reorientar o padrão de industrialização através do II PND. Abriu-se no período, entre 1975



e 1979, um novo ciclo de desenvolvimento capitalista no qual a periferia nacional reforçada pela sua base de recursos naturais, mas também, por decisões locacionais macropolíticas do governo federal, passava a ser o carro chefe de grandes projetos industriais (Negri, 1996). Para os militares, tratava-se de inserir o país no mercado internacional, por meio de um ambicioso programa de industrialização substitutiva através da reconversão da base energética e da reestruturação industrial, baseado no desenvolvimento de vários projetos: pró-álcool, energia nuclear, petróleo, ferrovia, polo petroquímico, papel celulose, siderurgia e metais não ferrosos (Valesul); mineração: Alunorte, Albrás e Carajás (BARBOSA, 2006). A finalidade era promover o aproveitamento integrado da potencialidade de áreas prioritárias da Amazônia¹³.

Tratava-se um amplo programa centrado na substituição de importações de bens intermediários, a partir de políticas de integração regional e investimentos, sob a forma de *joint ventures*, especialmente entre Estado e empresas multinacionais. Ao capital estrangeiro foi dado o aval para execução da operação amazônica já detonada desde 1966 e revigorada em 1974 pelo decreto-lei 74/607, quando foram criados programas de áreas integradas: polos Agropecuários e Agrominerais (POLAMAZONIA) consolidando assim, a ideia de um projeto geopolítico por meio da formatação dos espaços nacionais

Desde de 1974, a AMZA havia se instalado em São Luís. A dinamização das atividades políticas e administrativas desta subsidiária da CVRD, contou com o decisivo apoio governamental, apesar da resistência de setores minoritários da sociedade maranhense. Apesar disso, as medidas para a implantação do Projeto Ferro Carajás caracterizaram-se, fundamentalmente, pelo processo de desapropriação da área Itaqui Bacanga, destinada às instalações do porto-ferrovia, com vista ao escoamento e exportação do minério para o mercado externo. A área de referência, abrangendo cerca de 2.221 hectares, foi cedida, sob o regime de aforamento, à Amazônia Mineração pelo governo federal.

De acordo com o decreto 82.242 de 11 de maio de 1978, a AMZA tinha como competência promover desapropriações de terras, indenizar as benfeitorias das áreas ocupadas e, obviamente, reprimir qualquer tentativa de resistência. A primeira questão que se colocou para o empreendimento (Projeto de Ferro Carajás) foi o transporte do minério, que deveria ser resolvido com a construção de 90 km de estradas, ferrovia e um porto especial para exportação do minério de ferro, o Porto da Ponta da Madeira.

¹³Foram definidas 15 áreas prioritárias, ou pólos: Xingu-Araguaia (PA-MT), Carajás (PA), Araguaia-Tocantins (TO), Trombetas (PA), Altamira (PA), Pré-Amazônia (MA), Rondônia (RO), Acre (AC), Juruá-Solimões (AM), Roraima (RR), Tapajós (PA), Amapá (AM) Jurema (MT) Aripuanã (MT) e Marajó (PA).



A CVRD tomou para si a custosa tarefa de criar a infraestrutura de transportes (ferrovia e porto) para favorecer os capitais estrangeiros. A empresa multinacional explora o minério em algum país e o exporta *in natura* para o país sede, onde a própria empresa o processará (não raro exportando o produto final ao país de origem do minério (Sautchuk, 1983).

Posteriormente, os objetivos do programa foram ampliados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) e transformando num plano global de desenvolvimento regional voltado para exportação e geração de divisas. O programa e sua área de abrangência localizada ao norte do paralelo de 8^o (oito graus) entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, envolveu uma área de 895.265 km, incluindo 40% do Maranhão. O programa teria como zonas industriais, Barcarena, Marabá, serra dos Carajás, São Luis, Tucuruí e Imperatriz. Foi construído um eficiente sistema de infra estrutura para a exploração da riqueza mineral localizada na Serra dos Carajás (energia elétrica, ferrovias, portos, rodovias) Além disso, foram criadas todas as condições favoráveis à instalação de vários projetos industriais, ao longo da Estrada de Ferro Carajás para o desenvolvimento de usinas siderúrgicas: Companhia Vale do Pindaré, MARGUSA, METALMAN (produção de manganês metálico e dióxido de manganês), entre outros.

A ideologia do progresso funcionou como mecanismo de ocultação dos impactos sociais, políticos e ambientais sobre o modo de vida da população localizada na região. A nova dinâmica industrial passava a ser impulsionada pelos grandes projetos industriais (minero-metalúrgico, projeto de ferro) desenvolvidos sob a égide da CVRD.

3 MINERAÇÃO E TRABALHO PRECÁRIO NO SUDOESTE DO MARANHÃO

No âmbito da cadeia produtiva da mineração, o novo modelo pós fordista baseado em diferentes formas de flexibilização, verificável em escala global, acelera a recriação de novas formas de precarização do trabalho, fazendo avançar a redução de custos relacionados ao capital variável- força humana de trabalho. No caso da mineração, as grandes corporações acionam o discurso do desenvolvimento sustentável no comando do sistema de produção de commodities. A chamada mineração sustentável reúne, atualmente, um conglomerado de mineradoras (as maiores do planeta), envolvendo interlocutores situados nas agências reguladoras, órgãos de governo e de fiscalização (secretarias e institutos de meio ambiente, ministérios, Ministério Público), organismos internacionais, cúpulas ambientais, audiências públicas e instituições financeiras, configurando um verdadeiro “Estado ampliado no sentido gramsciano.

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto 2019

Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

Acompanhando o deslocamento de parcela considerável da atividade produtiva para áreas localizadas na periferia do sistema, presenciou se, particularmente, nos países de capitalismo avançado, a redução do proletariado industrial. No sul global, houve impulso substancial de contingente de trabalhadores e trabalhadoras abrigados nos setores de serviços, além da ampliação de uma força de trabalho sub-remunerada. Em essência, a resposta do capital à sua crise estrutural (Mészáros (2001) baseou-se na internacionalização da economia, e na articulação de estratégias para a extração de mais-valia absoluta e relativa. Esse processo foi intensificado com a crise de 2008, em meio às novas manifestações da crise estrutural do capital. No dizer de Boa Ventura Sousa Santos (2001) consolida-se globalmente um regime de acumulação capitalista com base na financeirização do capital, na concentração da riqueza, na exploração intensiva de recursos naturais, ou na eliminação de direitos sociais, qualquer que seja o grau de inclusão social.

Cabe lembrar que no Brasil, neoliberalismo e a reestruturação produtiva teve como marco inaugural o Plano Collor I, a chamada estabilidade monetária foi aprofundada no governo de FHC, desencadeando condições particulares de exploração do trabalho, por meio das políticas de ajustes. No atual contexto, a globalização dos de cima impõe-se através de empresas transnacionais que atuam no âmbito dos Estados nacionais como atores globais, pressionando governos locais a modificar dispositivos constitucionais e ambientais para adequá-los aos seus objetivos estratégicos. Uma guerra que não tem fronteiras

Castro (2012) chama atenção para o fato de que durante os governos Lula e Dilma, o PAC I e II (Plano de Aceleração de Crescimento) também assumiram a orientação de integração competitiva, adotando um modelo de modernização com base em megaprojetos de investimentos, projetos de infraestrutura com suas dinâmicas socioterritoriais de expansão da fronteira amazônica, a partir de modelos centrados em grande empresa (mineração e siderurgia)

Atualmente, as transformações socioeconômicas, ambientais e espaciais têm sido determinadas pelos diferentes processos de ocupação (inclusive com a sofisticação da grilagem) e disputas pela posse e propriedade da terra. A ferrovia ferro Carajás com seus 650 km de trilhos (somente em território maranhense) ocupa quase a totalidade das terras ao longo do corredor de exportação. São empresas que desde o final dos anos 1970, se apropriam de extensas áreas territoriais nessa região. No caso do Maranhão, 90% de terras disponíveis nas regiões leste e sudoeste foram ocupações caracterizadas pelo



CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto 2019
Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

desmatamento e pela expulsão de comunidades rurais expropriadas de seus territórios se de suas atividades tradicionais.

O mercado de *commodities minerais e agrícolas* no Brasil foi amplamente financeirizado nas duas últimas décadas, embora esse crescimento tenha esbarrado na crise de 2008. Mesmo assim, a cadeia produtiva da mineração mostrou-se robusta potencializada, sobretudo, pelo crescimento acelerado da China e suas demandas por minério de ferro. Ramalho e Carneiro (2015) identificam a retomada das exportações a partir de 2010. Atenta ao que denominou de atualização da crise Motta (2009) chama atenção para a falsa oposição entre crise e desenvolvimento que sempre integrou a contraditória lógica capitalista, uma vez que o lucro dos empreendimentos (referência de crescimento econômico) tende unicamente à monopolização dos mercados, indicando que o sistema capitalista se reproduz “através de determinados ciclos periódicos.

Em Açailândia a maior presença desse grupo de trabalhadores, segundo dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, se deve a formalização do trabalho nas atividades de reflorestamento com monocultura de eucalipto e carvoejamento para a produção de ferro-gusa estão diretamente associadas ao trabalho escravo e ao crescimento da cadeia de fornecimento do carvão vegetal para a produção do ferro-gusa. Existe, portanto, uma demanda que realimenta a subcontratação e a precarização do trabalho, o que termina por consolidar um grande número empresas siderúrgicas (Ramalho e Carneiro (2015). Como o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB na região, Açailândia fica atrás apenas da capital São Luís e de Imperatriz. Conforme levantamento mais recente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) em 2015, a economia do município gerou cerca de 1,6 bilhão de reais em 2011 (8% do PIB de São Luís), riqueza, porém, que não é igualmente distribuída, como indicam os números do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2014), ou seja, para cada dez moradores da cidade (10,12%) é extremamente pobre e um em cada quatro (25,17%) é pobre.

No bairro Pequiá, com cinco indústrias de ferro gusa: a Viena Siderúrgica S/A, Siderúrgica do Maranhão S/A (SIMASA), Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré, Ferro Gusa do Maranhão Ltda (FERGUMAR), e Gusa Nordeste S/A, todas elas processam o minério de ferro bruto depois transformado em ferro gusa - matéria-prima para a produção do aço. A indústria de ferro gusa nacional, uma das mais lucrativas do país agrega todo o minério extraído nas minas de Carajás (explorado pela Vale). Esse minério que passa por Açailândia através da Estrada de ferro Carajás até o porto de Itaqui, em São Luís, se destina suprir a crescente demanda mundial, inclusive a alavancada pelos países emergentes. Com extração recordes de toneladas de minério ao ano, o trem de Carajás





segundo Lucio Pinto () é o maior trem de cargas do mundo com 330 vagões (com previsão de ampliar mais 70 vagões) e quatro quilometro de comprimento coloca 250 mil toneladas no porto da Ponta da Madeira em São Luis, e o destino é o mercado externo .

Na outra ponta, o trabalho precário nessas empresas e nas suas terceirizadas é um fenômeno crescente, impressionam não só pelos números, mas pelas diversas formas de precarização da força de trabalho. Para Gil Félix Almeida (2016), no que se refere à Vale, o processo de reestruturação produtiva precedeu à privatização da empresa (1998), inclusive, todo o seu Sistema Norte, já nasceu sob as bases do “modelo japonês”. De acordo com o autor, a atual expansão da Vale (pós privatização) em praticamente nada se assemelha às primeiras minas. A partir dos anos 1990, um processo de reestruturação produtiva abrangeu toda a empresa, em especial, o Sistema Sul da CVRD formada pelas atividades mais antigas no Estado de Minas Gerais. Nesta reestruturação, após o Plano Collor I (1990), desenvolveu-se um amplo processo de enxugamento do quadro de funcionário por meio de demissões (involuntárias e ou planos de demissão voluntária) Isso propiciou o aumento da terceirização de várias atividades, antes desenvolvidas diretamente.

Em 2002, o quadro de trabalhadores da, agora, Vale foi reduzido para 33% do que era quando se iniciou a reestruturação produtiva. Isto é, com a privatização, em 1997, esse processo se ampliou e a ideologia relacionada à antiga estatal (CVRD) foi totalmente abandonada em prol das novas formas de engajamento dos trabalhadores, principalmente, através de outras técnicas de gestão do trabalho, como prêmios, recompensas e pequena participação nos lucros. A contratação de força de trabalho responsável pelo cultivo das plantações de eucalipto e a produção de carvão para as siderúrgicas segue a mesma lógica da precarização com os subcontratos, e por vezes nem isso, pois já que se tornou banal o Ministério do Trabalho e a Policia Federal resgataram trabalhadores escravos nas diversas carvoarias, onde tem sido registrado flagrante de trabalho escravo.

Sobre a produção de carvão vegetal, seis em cada dez quilos vêm da destruição de florestas nativas e, geralmente, sua produção acontece com mão-de-obra semiescrava ou degradante em fazendas de produção de eucalipto no sudoeste do estado. inclusive diversas fazendas que antes desenvolviam a pecuária a agora estão arrendadas para o plantio do eucalipto.

Dados do IBGE (2016) apontam que os municípios da região com maior produção de eucalipto, é Grajaú, que passou de 30.142 para 45.059 hectares (ha), em 2015; seguido de Açailândia, cujo cultivo passou de 28.106 para 35.296 hectares e Barra do Corda que antes ocupava 21.130 hectares e passou para 23.390 hectares. Cabe



ressaltar que esta região já foi grande produtora de alimentos (agricultura familiar), mas atualmente sofre com os impactos das atividades de mineradora. O trabalho precário pode ser visto tanto na manutenção da ferrovia, como na fabricação do carvão pelas carvoarias, alimentadas por vastos cultivos da monocultura de eucalipto. A maior parte do contingente de trabalhadores que abastece essa cadeia é de pequenos agricultores e assentados de reforma agrária, que atualmente são, também, os maiores fornecedores de mão-de-obra barata, principalmente com o surgimento de um grande contingente de trabalhadores dedicados à produção de carvão vegetal. Trata-se de uma massa crescente de trabalhadores com direitos expropriados. Segundo Fontes (2016) Além de ausência de direitos (desemprego) e de jornadas ilimitadas, ocorre uma centralização direta e internacional do comando capitalista sobre os trabalhadores, acoplada à extrema descentralização do processo de trabalho.

4 CONCLUSÃO

A tendência à precarização do trabalho, por meio da flexibilização desmente o fundamento ideológico que pretende lhe conferir legitimidade. O trabalho flexível não melhora as condições de trabalho e nem dota o trabalhador de maior autonomia, criatividade e participação ativa. Ao contrário, o trabalhador comum assalariado em qualquer etapa da cadeia produtiva da mineração (manutenção de trilho, carvoaria e monocultivo de eucalipto), é vítima permanente da espoliação social.

Harvey ao analisar a persistência de práticas predatórias de acumulação primitiva, analisado por Marx, prefere denominá-las utilizando o conceito de “Acumulação por espoliação”. O autor ao cunhar esse conceito procura recobrir um processo, atualmente, em curso, substituindo o primitivo ou originário. De acordo com Harvey (2006), uma observação atenta da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla categoria de processos e esta inclui: a mercantilização e privatização da terra, expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade –comum, coletiva, estatal, em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção de consumo alternativos, incluindo os recursos naturais. O estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial ao respaldar e promover estes processos.

Como uma das tendências que mais cresce, principalmente após a reforma trabalhista, de 2017, a terceirização é uma das faces mais perversa da flexibilização das



relações trabalho. Consiste, basicamente, no contrato de uma empresa, por uma segunda empresa, para que aquela realize as atividades de menor importância, ou atividade-meio, para que a contratante se dedique a sua atividade-fim. Trata-se de uma frente de expansão aberta por grandes projetos e nesse processo múltiplos segmentos da força de trabalho, circulam nas empresas terceirizadas e subcontratadas ou no mercado informal (Felix Gil, 2016).

O quadro das políticas de austeridades colocou um forte ataque aos sindicatos, mas também os colocou diante de grandes desafios, cabe nesse sentido observar a tendência crescente dos trabalhadores precários (nos países do Norte e do Sul). Por fim, outros atores sócio-laborais (afastados das normas sindicais) também ganharam protagonismo na luta contra o trabalho precário, grupos e organizações vinculados aos mundos do trabalho que passaram a ter como preocupação central o combate a precariedade. Efetivamente Surgem novos sujeitos sociais (Barbosa, 2018).

O desafio, hoje, das organizações da classe trabalhadora passa, segundo Antunes (2011), por compreender essa nova Morfologia do trabalho

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio. *Já se passaram 10 anos: apontamentos sobre um percurso intelectual*. Memorial para concurso de livre-docência. São Paulo: PUC, (2001).

_____. “Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo”. *Revista Lutas Sociais*, 01.

ALMEIDA, Desni. Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia maranhense – conflitos e contrastes: o caso Piquiá de Baixo, Açailândia/MA. Dissertação de mestrado- UEMA, (2012).

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, (2014).

ARCANGELI, Alberto. “O mito da terra: uma análise da colonização da pré Amazônia maranhense”. *Revista Ciências Sociais*, (1987).

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015. (Edição especial de 20 anos).

_____. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, (1995).

_____. O trabalho, sua nova morfologia e a Era da precarização estrutural. Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo Buenos Aires, Argentina, 2009



BARBOSA, Zulene Maranhão, Brasil. *Lutas de classes e reestruturação produtiva uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo*. Maranhão: Editora da UEMA, (2006).

BARBOSA, Zulene. reestruturação produtiva e as atuais relações de trabalho em Portugal, sob o impacto das políticas de austeridades. Relatório de estágio pós doutorado na Universidade de Coimbra, 2018

BECKER, Berta K.; EGLER, Claudio, G. Brasil: uma nova potencia regional na economia mundo. Rio de janeiro: Bertrand, (1993).

BORGES, Célia Congílio. *Reestruturação produtiva e luta de classes: impactopolítico-ideológicos do modelo japonês no Brasil*. Dissertação de Mestrado—Ciência Política-PUC-SP, (1997).

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul americana. Salvador: *Caderno CRH*, (2012).

CARNEIRO, Marcelo. *Terra, trabalho e Poder. Conflitos e lutas sociais no maranhão contemporâneo*. São Paulo: Annablume, (2013).

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, (1996)

CODATO, Adriano Nervo. Sistema Estatal e politica economia no Brasil pós 64. São Paulo: Hucitec, (1997).

FELIX, Almeida Gil. *Trabalho, Mobilidade, circulação: a força de trabalho em movimento*. Tese de doutorado (UNICAMP), (2016).

GEREFFI, G. A commodity chains framework for analyzing global industries. Institute of Development Studies, Duke University, (1999).

HARVEY, David. O Novo imperialismo: acumulação por espoliação o. *Revista Lutas Sociais*, n 15/16. (2006).

_____. 2005 A produção capitalista do espaço. Trad. Carlos SZLAK. São Paulo: Annablume.

IMESC-MA Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Índice de desenvolvimento municipal. Disponível em:
<<http://www.imesc.ma.gov.br/index.php/publicacoes/132/>. Acesso em: 15 nov (2015).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE-2015). *Produção da Extração vegetal e da silvicultura*. Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2015>. Acesso em 01 de outubro de 2016.

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, (2007).

MINAYO, M. C. S. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec (2004).

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto
2019

Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

MESQUITA, Benjamin. *O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar*. Maranhão: EDFMA (2011).

MARTIN, C. Suzano Papel e Celulose inicia operações da Unidade Imperatriz. *Revista O papel*. Janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.revistaopapel.org.br/noticia>.

MOTTA, Célia (2009). A atualização da crise neoliberal. *Lutas Sociais* 21/22. NEILS/PUCS.

RIBEIRO JÚNIOR, J. A. S. *O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão*. GEOGRAFIA EM QUESTÃO V.07, N. 02, 2014.